



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil OUT 2009 • vol. 6 n. 3



**A diversidade do
trabalho na agricultura
familiar**

A busca por rendas não-agrícolas por parte de famílias agricultoras vem sendo interpretada por alguns estudiosos do mundo rural e formuladores de políticas públicas como uma evidência, provavelmente definitiva, da inviabilidade do campesinato nos dias atuais. Esse tipo de interpretação parte em geral da premissa de que essa busca representa a porta de saída desses agricultores para as cidades, já que as novas tecnologias, sobretudo a moto-mecanização, seriam responsáveis pelo declínio do emprego e da renda agrícola.

Por outro lado, outros e muito desses mesmos analistas encaram de forma positiva a iniciativa daqueles agricultores que ingressam numa trajetória de modernização, baseada na especialização produtiva e na integração às cadeias agroindustriais. Segundo eles, tal postura revelaria o tino empresarial necessário para sobreviver nos dias de hoje como um “profissional como outro qualquer”. Foi com essa concepção em mente que os primeiros formuladores do Pronaf se embrenharam no polêmico debate sobre o limite admitido para a renda não-agrícola das unidades familiares, a partir do qual os produtores se descaracterizariam como os “verdadeiros agricultores”, para os quais a política deveria ser orientada.

Essa percepção dos fenômenos socioeconômicos no mundo rural contemporâneo revela um viés fortemente marcado por um estereótipo do campesinato que o vincula ao passado, à precariedade dos meios de vida e à falta de espírito empreendedor. Definitivamente, não é esse o quadro que se mostra diante de nossos olhos. Apesar das teses relacionadas ao inexorável desaparecimento dos camponeses – que há mais de um século vêm sendo renovadas –, eles permanecem entre nós, exibindo enorme capacidade de convivência com o ambiente econômico, político e ideológico da modernização que lhes é hostil. Aliás, sempre que conseguem conquistar algum espaço para criar alternativas para a sua reprodução, empenham todo seu gênio criativo para construir níveis de prosperidade crescentes. E mais: compartilham essa prosperidade com o conjunto da sociedade, ao gerarem produtos e serviços que são usufruídos por todos.

Nesse sentido, a diversificação de ocupações e fontes de renda pelas famílias agricultoras deve ser vista como uma das expressões dessa sua engenhosa capacidade de atualizar estratégias para permanecer na atividade agrícola frente a contextos desfavoráveis. Em vez de trilhar caminhos que os subordinam progressivamente a uma lógica mercantil estranha aos seus modos de vida e incompatível com seus meios de produção, buscam a construção de crescentes níveis de autonomia por meio da combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas. Ao mesmo tempo em que permite reforçar a sua identidade de agricultor, essa estratégia rompe com o isolamento social a que o campesinato foi historicamente submetido, possibilitando que adentre no mundo contemporâneo de cabeça em pé.

Ao contrário da lógica empresarial do agronegócio que destroi valores de convivência social e não compartilha as riquezas socialmente geradas, essas iniciativas autônomas e criativas da agricultura familiar deveriam ser encaradas como as efetivas alavancas do desenvolvimento rural.

Felizmente, um crescente grupo de pesquisadores no Brasil e no mundo vem reinterpretando a *pluriatividade* como uma resposta da agricultura familiar para permanecer como tal em benefício dela própria e do conjunto da sociedade e não como uma estratégia transitória para o abandono do campo. Leia nesta edição da *Revista Agriculturas* alguns exemplos dessa nova realidade.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.3
(corresponde ao v. 25, n. 2 da Revista Leisa)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação Ileia – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



Rua Candelária, n.º 9, 6º andar.
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-904
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ileia
P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ileia.info

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG – CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA

José Antônio Costabeber

Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, RS

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase – RJ

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia – GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Eduardo Magalhães Ribeiro

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Pesquisa – Adriana Galvão Freire, Eduardo Magalhães Ribeiro e Paulo Petersen

Base de dados de assinantes – Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta e Gabriel Bianconi Fernandes

Foto da capa – Lucca Zanetti. Quebradeira de coco babaçú apresenta sabão de babaçú. (Imagem gentilmente cedida pela Action Aid Brasil)

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Holográfica

Tiragem: 7.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04

Editor convidado • Eduardo Magalhães Ribeiro

ARTIGOS

06

A pluriatividade na transição agroecológica: a experiência dos agricultores ecologistas de Ipê (RS)

Daniela Oliveira



06

12

Repensando a especialização agrícola

Miguel Ângelo Perond



12

15

Atrizes do turismo rural: o trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS)

Raquel Lunardi e Marcelino de Souza



15

18

Saboreando os resultados de uma iniciativa coletiva

Stephen Taranto e Stefano Padulosi



18

22

Muitas frutas, mas também muitos problemas

Anders P. Pedersen



22

26

Aprendizagem e inovação: as várias faces do trabalho de produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil

Flávia Charão Marques



26

34

Publicações

35

Agroecologia em Rede

Inventando futuros

Os problemas de comercialização, política, consumo, produção e acesso à terra sempre fizeram parte do cotidiano de agricultores familiares. Pragas e secas, “arrendos” elevados e grilagens, fazendeiros agressivos e comerciantes espertos sempre os atormentaram, de uma forma ou de outra. Nada disso, porém, inibiu a persistência de viver no campo e, na maior parte das vezes, até com certa prosperidade.

Há quase 200 anos, um autor francês, Jules Michelet, impressionado com a resistência do campesinato, escreveu que essa capacidade de superar crises, pragas e guerras era resultado da sua tenacidade. Ele escrevia que, num país destruído, debaixo das cinzas da choupana queimada pelo inimigo, o camponês tirava a moeda de ouro que poupava durante a guerra e a fome. Essa moeda era então somada ao trabalho dedicado e ao consumo moderado e dela saía a base para refazer um patrimônio que não seria somente daquela família: seria também a riqueza do lugar, do país e da humanidade. Michelet louvava a inventividade do lavrador que sabia reconstruir com diligência o patrimônio destruído. Ele acreditava no futuro dessa cultura baseada no trabalho para si, mas que se convertia em benefício para todos, e que era fundada, sobretudo, na liberdade de decidir o quê, quando e como produzir.

Entretanto, essa liberdade de gerir a unidade de produção e seus recursos, tão cara a agricultores familiares de todos os lugares, culturas e épocas, encerra também certa dose de relatividade. Ela consiste em princípio básico por fundamentar a própria condição do ser agricultor, por delimitar o campo das escolhas entre trabalho para os outros e trabalho para a própria família, por definir o direito de escolher um certo futuro para os filhos – pelo menos para alguns deles.

Por outro lado, torna-se relativa porque as opções dos agricultores estão sujeitas a determinados parâmetros e possibilidades que quase sempre lhes são impostas. Dessa forma, a eles só cabe escolher entre certos mercados, técnicas e até demandas de autoconsumo que são pré-definidas pelo jogo das forças que os prendem à terra e, até mesmo, à condição de lavradores.

Mas é nesse campo mais ou menos restrito, nessa liberdade quase sempre apenas relativa, que esses agricultores constroem as alternativas que encantavam Michelet. Essa liberdade, mesmo estrangida, de gerir trabalho e produção serve para ajustar a unidade familiar a um plano estratégico de longo prazo elaborado com grande sofisticação. Esse plano avalia os melhores caminhos em meio a mercados difíceis, serpenteia entre as malhas finas das redes de integração e quase

sempre alcança sucesso porque sai da cabeça de gestores hábeis, que buscam no longo prazo metas aparentemente muito modestas, como um maior conforto para os filhos, um lote de terra pouquinho coisa maior, um arrimo para a velhice.

Agora, no Terceiro Milênio, quando os limites para se fazer agricultor(a) se mostram tão expressivos, essa capacidade de gerir se revela não só desejável, como também indispensável. Preços arrojados de produtos, valores explosivos de insumos, o gigantismo das corporações integradoras, o cerco da qualidade e as barreiras à entrada em mercados são, certamente, mais terríveis que as guerras e pragas que assombravam o camponês descrito por Michelet. Nesses tempos de agricultura mundializada – e, portanto, tão sensível aos abalos do humor dos mercados – a reconstrução do lugar fica às vezes muito difícil. E, assim, diante da batalha diária pela sobrevivência, os companheiros de trincheira dos agricultores, seus mediadores, pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento, costumam ver muitos recuos nos combates por posições nas guerras por mercados. Mas é então que, novamente, os agricultores familiares, surpreendentemente, reconstróem.

Boaventura de Castro, agricultor e técnico de comercialização lá de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha, gosta de dizer que *quando a gente descobre que está fazendo papel de bobo, é sinal de que está começando a ficar esperto*. É assim, diz ele, que agricultores se animam a inventar novas formas para solucionar velhos problemas.

E esse é o tema que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* aborda neste número: as estratégias criadas por agricultores para driblar situações adversas, que aparentemente estão consolidadas.

Daniela Oliveira analisa a experiência de conversão agroecológica e pluriativa de produtores do Sul do Brasil, revelando como essa trajetória serviu para abrir caminhos de aprendizado e experimentação que qualificam esses agricultores.

Miguel Perondi traz o caso curioso de agricultores do Paraná que, escravizados pela armadilha da *tesoura de preços* das grandes corporações do agronegócio, descobrem na diversificação produtiva uma estratégia para elevar suas rendas. E não fazem isso apenas diversificando o número de produtos agrícolas, mas também criando formas de agregar valor a essas mercadorias. Dessa maneira, além de incrementarem suas próprias rendas, conseguem estabilizar as rendas de toda a região.

Raquel Lunardi e Marcelino de Souza apresentam o caso das mulheres da Serra Gaúcha que tiveram a iniciativa de trabalhar com turismo na região. Entre outros avanços, a nova atividade promoveu a recriação do lugar da mulher na unidade familiar, no trabalho e na relação com os homens. Já Stephen Taranto e Stefano Padulosi narram a experiência de lavradores bolivianos que associam turismo e conservação da biodiversidade ao transformarem a beleza do lugar em atrativo para visitantes, que conhecem ao mesmo tempo as paisagens e os costumes do local.

Nos dois casos, a ideia inicial deu origem a novas demandas que apontaram outros rumos, outros ajustes e outros propósitos. Então, as atividades acabam se desdobrando e os próprios atores – ou atrizes – precisam usar suas habilidades para se reajustar ao novo cenário. Mas, apesar de lugares e grupos tão diversos, os artigos mostram como é possível um grupo se descobrir em contato com o outro, uma vez que tratar com o visitante implica sempre revelar-se a si mesmo e aprender a se rever.

O artigo de Anders Pedersen narra a aventura do sr. Ramadhani para vender frutas desidratadas em um local isolado no interior da Tanzânia. O agricultor cria na adversidade as condições de produção, construindo seus locais de venda, remediando as perdas e literalmente desbravando seus mercados. Nessa aventura seus processos tradicionais são revistos

e, por fim, ele próprio, enquanto produtor, tem que se transformar para se adequar ao padrão legal e comercial exigido.

O artigo de Flávia Charão Marques, que fecha a edição, destrincha os caminhos de famílias agricultoras que vão desde a descoberta da alienação do trabalho e das penas da integração até o desenvolvimento de atividades de nicho que acomodam na mesma ocupação o sustento, os princípios camponeses e as novas possibilidades de relacionamento entre pessoas, bens e natureza.

Todos esses casos surpreendem pela quantidade e qualidade de estratégias que os agricultores conseguem criar. Apesar das condições, regiões e culturas diversas, essas experiências revelam uma mesma gramática, uma ordem comum para arrumar situações diferentes. São exemplos do esforço da agricultura familiar para inventar caminhos e inaugurar perspectivas. Nesses processos, assim como em tantas outras experiências de inovação, há riscos, perdas e recompensa. Eles mostram em conjunto a força que essas iniciativas têm para se desenvolver e confirmam de forma luminosa, clara e evidente o profetismo de Michelet – partilhado com tantos outros que acreditam na força criadora do campesinato – quando viu nesses agricultores a capacidade de construir seu próprio futuro.

Eduardo Magalhães Ribeiro
professor da UFMG, pesquisador do CNPq
eduardomr@pq.cnpq.br

A pluriatividade na transição agroecológica: a experiência dos agricultores ecologistas de Ipê (RS)

Daniela Oliveira

Ipê e Antônio Prado são municípios da Serra Gaúcha, região com forte predominância da agricultura familiar. Formadas principalmente por descendentes de imigrantes italianos que chegaram a partir de 1870, as famílias rurais desses municípios possuem propriedades de 20 hectares em média. Suas principais atividades econômicas são a fruticultura – uva, pêssego, maçã –, a horticultura e a criação de frangos em sistema de integração com agroindústrias. A produção de gêneros processados – vinho, queijos, salames, doces e sucos –, seja destinada à comercialização ou ao consumo das famílias, também faz parte da tradição da agricultura local.

A modernização da agricultura na região teve início nos primeiros anos da década de 1980. Até então as unidades produtivas caracterizavam-se pelo baixo uso de agroquímicos, pelo plantio de trigo, soja e uva, pela criação de suínos e gado de corte e pela produção de alimentos para o consumo das famílias. Frente à queda dos preços dos suínos e às dificuldades na venda do trigo e da soja no final dos anos 1970, as famílias passaram a buscar fontes alternativas de renda. Foi nesse contexto que a modernização foi implantada, juntamente com o cultivo da maçã e, mais tarde, do pêssego, do alho e da cebola, todos baseados no uso intensivo de agroquímicos.

No entanto, a transformação da agricultura colonial numa agricultura modernizada não foi aceita por todas as famílias. Entre os fatores que explicam isso, destaca-se a falta de recursos financeiros para a introdução de novas atividades



Depósito de suco de uva ecológico. Ipê, 2008

agrícolas e para a aquisição dos insumos que elas exigiam. Na ausência desses recursos, as famílias tinham como alternativa acessar o crédito rural, que na época era facilitado. No entanto, “o medo que o colono tem do banco”, devido ao risco que uma dívida pode representar à posse da terra, foi um importante obstáculo à modernização. Por último, havia o

“medo dos venenos”, ou seja, um certo grau de resistência ao uso desses produtos por parte das famílias.

[...] Outra coisa é que o pessoal sempre teve muito medo do banco e, pra investir na maçã, tinha que recorrer ao banco. Também é verdade que tem muito colono de Ipê que não gostou de trabalhar com veneno. Ele sabe que o veneno é um risco para a saúde [...] (agricultor entrevistado).

[...] naquele tempo, em cinco anos, saíram mais de 20 famílias da nossa comunidade. Não tinham mais o que fazer aqui, a terra estava gasta e não tinham pra quem vender os produtos. Tinha família que fez empréstimo e não conseguiu pagar. Aqui na comunidade ficou quem tinha mais dinheiro e foi trabalhar com frutas, com fumo, com chiqueirão¹, com aviários ou com leite. A gente ouvia falar que tinha gente aqui em Ipê que estava na feira [ecológica] e estava ganhando dinheiro. Nós entramos por dinheiro, se não fosse a ecologia, nós teríamos ido pra cidade. A gente já tinha vendido muita coisa por causa das doenças na família e não dava pra plantar fruta, ter chiqueirão, aviário, essas coisas, porque a gente não tinha dinheiro pra investir e o Nono tinha medo do veneno e do banco [...] (agricultor entrevistado).

Foi nesse contexto que a opção pela transição agroecológica passou a constituir uma alternativa concreta para a agricultura de Ipê e Antônio Prado. Atualmente, ambos os municípios se destacam pelo número de famílias envolvidas na produção ecológica. Segundo informações do Centro Ecológico, ONG que presta assessoria a famílias agricultoras na região², em outubro de 2006 havia cerca de 70 famílias de agricultores ecologistas em Ipê e Antônio Prado, enquanto

que nos demais municípios da Serra Gaúcha havia 180, sendo que a maioria delas não utilizava agrotóxicos e adubos químicos há mais de 10 anos.

O caráter inovador das experiências das famílias que ingressaram em trajetórias de transição agroecológica em Ipê e Antônio Prado não se limita ao manejo técnico que prescinde do emprego dos adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas. Diretamente associada a esse aspecto está a diversificação do trabalho das famílias com o fortalecimento das atividades de processamento em agroindústrias familiares ou associativas. Essa conjugação do redesenho dos agroecossistemas com as atividades de agroindustrialização em pequena escala proporcionou às famílias mecanismos de agregação de valor aos produtos agrícolas e a constituição de canais alternativos de comercialização.

Em outubro de 2006, existiam cinco agroindústrias familiares ou associativas legalizadas em Ipê e Antônio Prado. Praticamente todas as famílias de agricultores ecologistas levavam pelo menos algum de seus produtos para o processamento nessas unidades. Enquanto a maior parte da produção ecológica é comercializada *in natura* em feiras de Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha e Porto Alegre, os produtos processados são comercializados principalmente em lojas de produtos ecológicos em Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro (Quadro 1).

¹ Produção de suínos em integração com agroindústrias.

² <http://www.centroecologico.org.br/>

Quadro 1: A agricultura ecológica em Ipê e Antônio Prado (RS).

Número de famílias	69
Associações	Associação dos Agricultores Ecologistas da Linha Pereira de Lima (Apema); Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo (Apevs); Associação dos Agricultores de Santa Catarina (Apesc); Associação dos Agricultores Ecologistas da Linha São João (Aesba); Associação dos Agricultores Ecologistas de São José (Apej); Associação dos Agricultores Ecologistas da Sede de Ipê (Apesi); Associação dos Agricultores Ecologistas de Santo Antônio (Apesaa).
Cooperativas	Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (Coopaecia).
Mecanismos de comercialização	Feiras em Antônio Prado (1), Caxias do Sul (2), Porto Alegre (5). Lojas em Ipê (1), Antônio Prado (1), Caxias do Sul (3), Porto Alegre (1). Casas de produtos naturais e supermercados em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais.
Agroindústrias	5 agroindústrias processadoras de sucos e bebidas, doces em geral e conservas vegetais. Principais produtos: molho de tomate temperado e suco de uva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Pluriatividade e Agroecologia: uma relação de complementaridade

O termo pluriatividade expressa o fenômeno social que se generalizou no mundo rural a partir dos anos 1970 e corresponde à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional de membros de uma mesma família de agricultores (Schneider; 2003). Refere-se, portanto, a núcleos familiares que combinam a prática da agricultura com outras atividades, dentro ou fora da unidade produtiva.

Os estudos e debates sobre pluriatividade têm gerado muitas controvérsias. De forma geral, duas posições opostas podem ser identificadas. De um lado, estão aqueles que entendem o fenômeno como uma expressão negativa do desenvolvimento das relações capitalistas no campo e, mais recentemente, da modernização da agricultura. Para estes, as atividades realizadas fora da agricultura representam um incentivo de saída para o mundo urbano. De outro lado, estão os que percebem essa diversificação de ocupações como uma decorrência natural da evolução do mundo rural, que deixa de ser encarado somente como um espaço de produção agrícola. Trata-se, portanto, de uma estratégia das famílias agricultoras para se adaptarem e tirarem partido das novas oportunidades para geração de ocupação e renda.

Ao analisar o contexto da agricultura familiar de Ipê e Antônio Prado, podemos perceber que as famílias que seguiram pelo caminho da produção ecológica vêm se beneficiando mais dessas oportunidades do que aquelas que optaram pela modernização agroquímica. Para realizar essa comparação e entender a importância da pluriatividade para a proposta agroecológica, foram analisados os dados econômicos de dois grupos de famílias: o primeiro foi constituído por sete famílias ecologistas e o segundo por oito famílias que seguem produzindo de forma convencional³.

Os componentes formadores da renda das famílias

A primeira conclusão que pode ser tirada da análise dos dados coletados junto às famílias estudadas é que a atividade agrícola permanece como a principal fonte de renda para a agricultura familiar da região. Em seguida, alinham-se as rendas obtidas com a pluriatividade, com os programas públicos de transferência de renda e os aluguéis de imóveis.

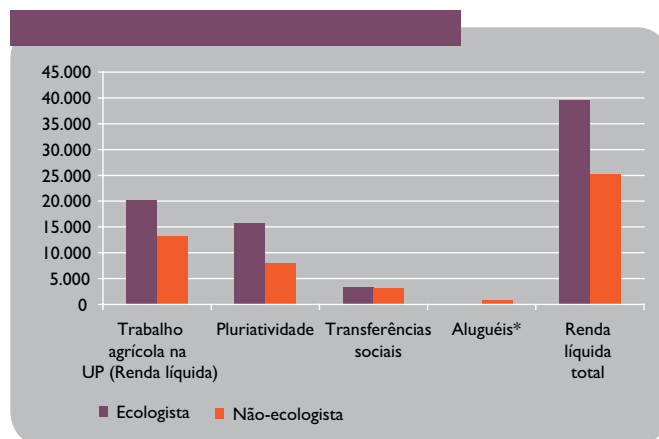
Quando comparamos os dois grupos de famílias, identificamos diferenças significativas (Gráfico 1). Podemos verificar, por exemplo, que os rendimentos das famílias ecologistas foram maiores tanto nas atividades agrícolas quanto na pluriatividade. Em 2006, quando os dados foram coletados, a renda líquida média da agricultura das famílias ecologistas era de R\$ 20.238,00, enquanto que entre os agricultores convencionais era de R\$ 13.277,00. Vários fatores contribuem para essa diferença, entre os quais destacamos os menores custos de produção (consumos intermediários) dos sistemas ecológicos quando comparados com os convencionais. Assim, enquanto os últimos tiveram gastos médios de R\$ 8.924,00,

os ecologistas desembolsaram em média R\$ 5.411,00 para a aquisição de insumos.

Quando analisamos as rendas provenientes da pluriatividade, identifica-se que os ecologistas obtiveram um rendimento de R\$ 15.852,00 (35% da renda total), valor bastante superior aos rendimentos dos não-ecologistas, que foi de R\$ 8.082,00 (27% da renda total).

Portanto, a combinação de melhores rendimentos líquidos na agricultura com as maiores rendas da pluriatividade proporcionou às famílias ecologistas uma renda total superior à dos não-ecologistas.

Gráfico : Fontes de renda (R\$) das famílias de agricultores de Ipê e Antônio Prado em 2006.



Diferenças marcantes entre os dois grupos também podem ser observadas quando comparamos a natureza da pluriatividade (Gráfico 2). Três tipos de ocupação pluriativas podem ser identificadas em ambos os grupos: 1) para-agrícolas, ou seja, aquelas atividades diretamente ligadas à produção agrícola, tais como a agroindustrialização de produtos agrícolas; 2) de base agrária, que corresponde às atividades dentro do setor agrícola, mas fora da unidade produtiva da família, tais como a terceirização do transporte de produtos ou outras prestações de serviços em outras propriedades; 3) intersetoriais, ou seja, o trabalho em outros setores da economia local, tais como indústrias ou o setor de serviços.

Entre as famílias que produzem convencionalmente, a atividade pluriativa mais importante na formação da renda é a intersetorial, que gerou um rendimento médio de R\$ 4.938,00. Já entre as ecologistas, a pluriatividade mais significativa em termos de geração de renda foi o trabalho nas agroindústrias familiares, sobretudo na produção de suco de uva e molho de tomate ecológico. A renda proveniente do processamento e

³ Este artigo é parte da dissertação de mestrado da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), no ano de 2007, intitulada: "Mercados e reprodução social: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não-ecologistas de Ipê (RS)". Dissertação disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr>.

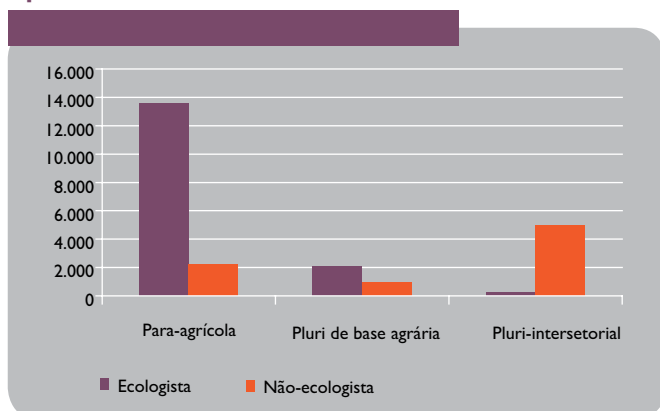


Engarrafamento do suco de uva

da comercialização de alimentos foi de R\$ 13.592,00 para as famílias ecologistas, enquanto foi de apenas R\$ 2.206,00 para as convencionais.

Além de o processamento de alimentos ser o componente relativamente mais importante na formação da renda dos ecologistas, identificamos que a imobilização de capital em instalações destinadas à agroindustrialização de alimentos também é uma estratégia adotada por essas famílias – e exclusivamente por elas. Enquanto elas investiram em média R\$ 69.033,00 na aquisição de máquinas, equipamentos e instala-

Gráfico 2: Tipos de pluriatividade entre as famílias de Ipê e Antônio Prado e renda (R\$) gerada por cada tipo em 2006.



ções destinadas à industrialização de alimentos (valores acumulados de 2000 a 2005), as famílias que produzem convencionalmente não realizaram investimento algum e continuam utilizando as cozinhas domésticas para o processamento de alimentos para o próprio consumo ou para a venda.

Motivações para a pluriatividade em agroindústrias familiares

Diante dos dados coletados, cabe a pergunta: se em ambos os grupos a pluriatividade para-agrícola (beneficiamento, processamento e comercialização de alimentos) está presente, por que essa prática tem sido mais importante entre as famílias ecologistas?

Quando as próprias famílias ecologistas foram questionadas sobre isso, as respostas mais comuns foram a necessidade de melhorar a renda das famílias e a necessidade de aproveitamento total dos produtos ecológicos. Segundo os depoimentos, embora as feiras tenham se mostrado os principais espaços de comercialização de grande variedade de produtos e alimentos ecológicos *in natura*, elas não são capazes de escoar grandes volumes e, por isso, as famílias acabam dependendo de canais de venda no atacado. Além disso, como os produtos são perecíveis (frutas, hortaliças, etc.), a transformação em sucos, doces e polpas se mostra indispensável para evitar perda dos produtos não vendidos.

[...] Nós começamos a trabalhar na ecologia tratando o parreiral, mas só um pedaço, e as framboesas também. No primeiro ano a gente vendeu tudo na feira. Era pouquinho produto, era levar e vendia tudo. Depois a gente foi aumentar o parreiral e resolvemos que, se era pra estar na ecologia, tinha que ser em tudo. Daí falamos com o pai e ele concordou em deixar a propriedade 100% ecológica. Só que daí não vendia mais tudo na feira. Imagina três hectares de uva na feira, não vende. Então a gente foi fazer suco. No começo nem a gente nem os técnicos sabiam de nada sobre fazer suco. A gente só o que conhecia era uma panela pequena que o técnico da Emater de Ipê trouxe aqui em casa. Daí a gente foi fazendo, vendendo e aprendendo. (agricultor entrevistado)

[...] Nós começamos com o suco por que a gente via o pessoal da Aecia fazer. A gente tinha uva sobrando, que não vendia na feira, e entregava pra cantina. Mas dava dó produzir na ecologia, cuidar sem veneno e entregar pra fazer vinho na cantina. Foi com aqueles da Aecia que a gente aprendeu. Teve um ano inclusive que a gente fazia o suco com a nossa uva e vendia pra eles venderem no comércio deles. (agricultor entrevistado)



Seleção das frutas para produção do suco



Preparo das vasilhas para engarrafamento do suco de uva

[...] Naquele tempo era tudo novo, ninguém sabia nada, a gente tateava tudo. Hoje o cara entra na ecologia e tem aí as agroindústrias, as feiras, as lojinhas, os caminhões que vão pra São Paulo. Hoje é mais fácil. (agricultor entrevistado)

[...] Se não fosse a agroindústria a gente não tava mais na ecologia. A gente foi pra feira oito anos, mas quando a agroindústria ficou mais forte a gente largou a feira. Eu tenho prestado atenção e pra mim as famílias que saem da ecologia são aquelas que ficam só com a feira. (agricultor entrevistado)

Além dessas motivações imediatas de diversificar as fontes de renda e evitar perdas de produção, os depoimentos das famílias ecologistas revelaram que a participação em gru-

pos e associações foi uma condição determinante para que as agroindústrias fossem implantadas.

[...] As nossas panelas, o jeito de fazer, tudo a gente aprendeu com as outras famílias. (agricultor entrevistado)

[...] Se eu não fosse da ecologia eu não me arriscava com agroindústria. Nós aqui trabalhamos no grupo, fazemos curso, tem a central de comercialização. Sem estas coisas como é que o colono vai saber como começar um negócio desse? (agricultor entrevistado)

No grupo dos não-ecologistas os motivos principais para o processamento – nas cozinhas das famílias – e a comercialização de alimentos são a necessidade de melhorar a renda das famílias e a tradição familiar. No entanto, quando foram questionadas sobre um eventual investimento em agroindústrias, esse tipo de estratégia pareceu bastante distante do seu universo de possibilidades.

[...] a gente nunca pensou nisto [...] (agricultor entrevistado)

[...] a gente sabe que os ecologistas trabalham com as fábricas, mas a gente não sabe nem por onde começar [...] (agricultor entrevistado)

[...] é muito gasto e parece que demora pra ganhar dinheiro. Eu tentei me informar um pouco, mas ninguém que eu perguntei sabia me dizer muita coisa direito [...] (agricultor entrevistado)

[...] assim a gente faz o queijo e vende. Na verdade o gasto é só do leite. Numa agroindústria tem o gasto da fábrica, das máquinas, a firma que tem que abrir. Daí tem que produzir mais queijo e vai vender aonde? Os ecologistas fazem porque eles tão na feira, têm as lojas, tem lá no Ipê a Central deles, nós não temos estas coisas. Eu tentei me informar um pouco, mas ninguém que eu perguntei sabia me dizer muita coisa direito. (agricultor entrevistado)

A realidade observada revela que ambos os grupos têm motivações para transformar os alimentos que produzem, mas somente as famílias ecologistas têm aproveitado as facilidades e oportunidades que a inserção na rede de produção agroecológica oferece, tais como: a experiência e o conhecimento acumulado pelas famílias, a assistência técnica e o acesso às redes de comercialização nas quais os produtos são vendidos.

Considerações finais

A experiência de Ipê e Antônio Prado (RS) mostra que a diversificação das fontes de renda é uma estratégia adotada



Produção de suco de uva ecológico. Ipê, 2008

tanto por famílias ecologistas como por não-ecologistas. Observamos ainda que a agroindustrialização e a comercialização de produtos agrícolas são os principais tipos de pluriatividade praticados por ambos os grupos. No entanto, vimos que a agroindustrialização é mais importante na formação da renda das famílias ecologistas e tem exigido maiores investimentos em suas unidades produtivas.

Além disso, a pluriatividade em agroindústrias familiares revela-se um mecanismo valioso de apoio à prática da agricultura ecológica, já que, à medida que as famílias avançam no processo de transição agroecológica, as feiras locais tornam-se insuficientes para o escoamento dos volumes produzidos.

Por sua vez, as famílias não-ecologistas, embora também possuam motivações para agroindustrializar seus produtos, não avançam nesse caminho por não terem acesso aos canais de intercâmbio, apoio e comercialização proporcionados pela rede de produção agroecológica.

Finalmente, podemos dizer que a principal conclusão que se tira dessa realidade é que a pluriatividade é uma estratégia

importante para o fortalecimento da agricultura familiar como um todo. Entretanto, ela tem sido mais valorizada e aproveitada pelas famílias que têm construído alternativas econômicas baseadas em estratégias de produção ecológica e que se associam para transformar e comercializar os seus produtos.

Daniela Oliveira

Eng. agrônoma, mestre em desenvolvimento rural e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRGS. danioliveira02@yahoo.com.br

Referências bibliográficas:

MEIRELLES, L. B. **Agricultura ecológica e agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 05 mai. 2006.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, Marcelo Antônio. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, Guillermo; CRAVIOTTI, Clara. (Org.). **Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254 p.

Repensando a especialização agrícola

Miguel Ângelo Perondi

Especialização ou diversificação?

Durante muito tempo, técnicos e formuladores de políticas públicas acreditavam que o produtor rural deveria se especializar. Quanto mais se especializasse, melhor: deveria usar técnicas de última geração e se dedicar a poucas atividades produtivas, o que seria sinônimo de eficiência econômica, produtividade e ganhos de escala. O produtor diversificado – diziam – era como um pato, que voa, anda e nada, mas não executa bem nenhuma dessas três ações.

Embora essa crença na especialização ainda esteja presente em muitas instituições que atuam no meio rural, a realidade da agricultura familiar tem mostrado justamente o contrário. Um estudo feito com 100 famílias rurais do município de Itapejara d'Oeste, no Sudoeste do Paraná, apontou que a diversificação das atividades e a combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas melhoram o desempenho econômico da agricultura familiar. Além disso, como na época em que foi conduzido houve uma seca muito forte, o estudo mostrou que produtores diversificados enfrentaram esse tipo de conjuntura com menos dificuldade, pois possuem alternativas frente às adversidades de clima e de mercado.

Nessa região, é possível encontrar sistemas leiteiros que promovem a inclusão de novos produtores ao mercado sem necessariamente sujeitá-los a uma situação de desvantagem. Na produção de leite a pasto, por exemplo, parte do insumo é gerada pelo trabalho do produtor. Cada ciclo de produção é alimentado por recursos produzidos, reproduzidos ou transformados em in-

sumos pelos ciclos anteriores. Assim, entram no processo como valores-de-uso, instrumentos, insumos e objetos de trabalho que não são convertidos diretamente em mercadorias, mas que fortalecem a reprodução do sistema como um todo.

Nessa mesma região, observamos também uma forte presença de sistemas especializados em mercadorias agrícolas – as *commodities*, como o mercado gosta de batizá-las –, caso da soja e do milho. Esses produtos participam de um ciclo produtivo cada vez mais voltado para agências externas e que, com exceção da mão-de-obra, mercantiliza todos os recursos materiais e sociais envolvidos no processo.

Apesar das diferenças, ambos os exemplos são expressões de uma mesma tendência por meio da qual o mercado assume uma crescente importância na agricultura.

Entretanto, muitas famílias rurais produzem articulando vários aspectos técnicos e sociais, procurando construir níveis crescentes de autonomia frente aos mercados. Essa postura, na verdade, reflete os próprios fundamentos do modo de produção camponês, que é estrutura-



Família Ferrari envolvida com o artesanato da vassoura (Itapejara d'Oeste, 2005)

Fotos: autor

do sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida.

O exemplo pesquisado com agricultores familiares de Itapejara d'Oeste (PR)

Procurar-se-á, a seguir, descrever um estudo sobre a estratégia de diversificação dos agricultores de um município na região Sudoeste do Paraná, localizado na fronteira do Brasil com a Argentina, limitado pelo rio Iguaçu de um lado e Santa Catarina do outro. É uma das regiões menos urbanizadas do estado, com predominância da agricultura familiar, elevado índice de ocupação e com a menor taxa de desemprego do estado. Entretanto, apresenta uma renda *per capita* abaixo da média e apresenta uma perda constante de população.

Quando se analisa a economia do conjunto dos núcleos familiares da região, constata-se que uma parcela menor deles concentra a maior parte dos recursos produtivos e é responsável pelo maior consumo de insumos agrícolas e de crédito. Em Itapejara d'Oeste, por exemplo, 86% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares, abrangem 52% da área do município e ocupam 92% do pessoal que trabalha no campo. Porém, somente 42% das famílias rurais do município consomem mais de 82% dos insumos gastos na agricultura, ocupam quase 80% da área agrícola, detêm mais de 84% do patrimônio e respondem por quase 90% do valor financiado.

Apesar do grande movimento financeiro, esses agricultores não obtêm uma renda agrícola elevada. Ao contrário: a pesquisa mostrou que somente 16% dos recursos que entram na unidade familiar ficam com eles. Quase 70% do que recebem é gasto com aquilo que

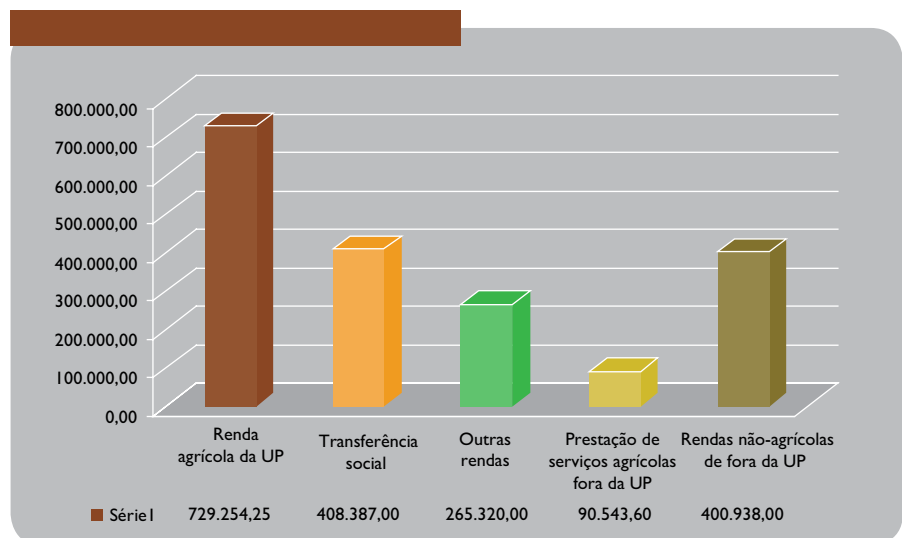
os técnicos denominam “consumo intermediário”, ou seja, despesas com adubos, sementes, combustíveis. Isso revela que grande parte dos insumos empregados é externa, ou seja, vem de fora da unidade familiar, o que torna seus sistemas altamente dependentes do mercado. De acordo com o estudioso holandês Jan Douwe van der Ploeg, caracterizam uma situação em que as atividades de agricultores familiares transferem valor agregado para as organizações externas: grandes corporações do agronegócio que produzem adubos, venenos, sementes e maquinário.

O peso das rendas não-agrícolas

Para analisar os efeitos da produção sobre a renda é preciso pensar em todo o universo agrícola e ir além dele, contabilizando todas as possibilidades de ingressos não-agrícolas que surgem da diversificação do trabalho familiar. A renda familiar reflete os resultados da ocupação produtiva do trabalho, ou seja, na unidade familiar e fora dela. Além disso, incorpora rendimentos obtidos com aposentadoria, pensão, juros, arrendamentos, doações e aluguéis. Assim, conforme ilustrado no Gráfico 1 a seguir, a renda total resulta do somatório de cinco diferentes fontes: agrícola (vem do trabalho na agricultura na unidade familiar); transferências sociais (aposentadorias, pensões e bolsa-família); outras rendas (transferências, aluguéis e juros); prestação de serviços agrícolas (trabalho fora da unidade de produção familiar) e pluriatividade (trabalho não-agrícola).

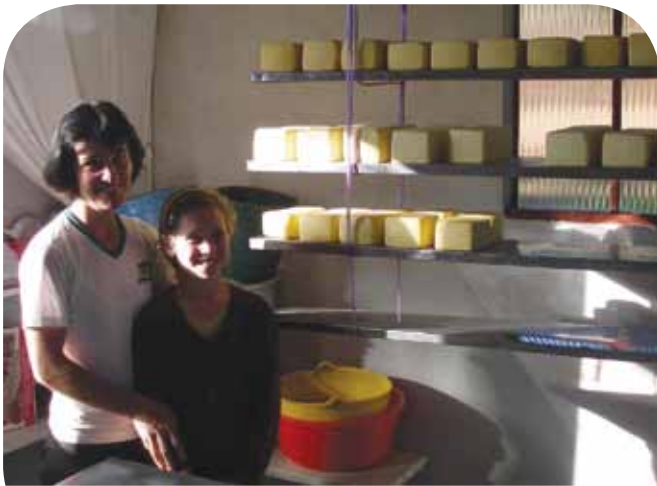
Também se pode ver que a renda agrícola na região equivalia a apenas 38% da renda total, sendo inferior à soma das rendas externas à unidade de produção (62% do total).

Gráfico 1. Composição da renda total da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste no ano agrícola 2004/2005.



Fonte: Perondi, 2007.

Essas diferentes combinações de fontes de ingresso refletem estratégias econômicas que associam as rendas externas àquelas oriundas da unidade de produção familiar. Segundo os dados levantados na região: 68% das famílias combinam renda agrícola e não-agrícola, enquanto 51% delas diversificam a própria renda agrícola. Mas, mesmo entre aquelas que não diversificam a renda agrícola (49%), 75% ainda recorrem a rendas não-agrícolas.



Família Lago envolvida com a produção de queijo (Itapejara d'Oeste, 2008)

Mas, o mais interessante é perceber que os grupos que agregam valor à produção (por meio do beneficiamento) apresentaram uma renda agrícola e total três vezes maior que a média do grupo que diversifica apenas com *commodities* agrícolas. Verifica-se ainda que as maiores rendas agrícolas e totais são obtidas pelos que diversificam via a indústria doméstica. Pode-se, portanto dizer que essa é a revelação mais interessante do estudo e significa dizer que os sistemas de produção que agregam valor conseguem se distanciar estrategicamente dos mercados de insumos sem abrir mão de uma participação mais vantajosa na comercialização. Tal observação coincide com a afirmação de Jan van der Ploeg sobre a necessidade de desatrelar a fonte dos insumos produtivos dos mercados para permitir o surgimento de uma agricultura mais autônoma.

Percebe-se, assim, que é essencial que a qualidade do processo de diversificação seja considerada, para que as famílias possam construir um leque de possibilidades alternativas de renda agrícola e não-agrícola compatível com o seu meio de vida rural.

Considerações finais

Observou-se que os sistemas não-especializados geram uma renda maior do que aqueles que se dedicam a *commodities* agrícolas, ainda que de diferentes tipos. Isso demonstra que os efeitos benéficos da diversificação são menores quando a produção é direcionada para atender a um único segmento de mercado. Existem, portanto, formas diferentes de diversificar, sendo fundamental que se discuta a qualidade da diversificação agrícola.

Verificou-se também que as famílias que diversificam intersetorialmente e que beneficiam suas produções alcançaram rendas totais maiores que as demais. Isso significa que as vantagens da diversificação são menores quando a produção se concentra apenas

em atividades agrícolas dentro da unidade familiar, sendo também premente que ocorra a diversificação intersetorial, compreendendo a pluriatividade e a integração com novas e oportunas fontes de renda.

Por fim, pensar em desenvolvimento rural é pensar na necessidade de fazer com que as novas gerações estejam dispostas a assumir as unidades de produção rural, sendo a elevação da renda per capita um efetivo caminho para realização desse objetivo. Portanto, é preponderante pensar em políticas de incentivo à diversificação dos meios de vida nessas áreas, visando, justamente, aumentar a renda das famílias do campo. Entretanto, sabemos que essa visão contrasta com o senso comum, o qual se apegua à ideia de que a renda rural somente poderá se elevar quando o agricultor estiver focado num único negócio. A realidade dos sistemas de Itapejara d'Oeste comprova, pelo contrário, que quanto maior a diversificação maior a autonomia e as perspectivas das famílias agricultoras.

Miguel Ângelo Perondi

professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), agrônomo e doutor em Desenvolvimento Rural.
perondi@utfpr.edu.br

Referências bibliográficas:

- FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília (DF), v. 41, n. 4, p. 859-880, nov/dez 2003.
- IPARDES. Tabelas da mesorregião geográfica sudoeste paranaense. Curitiba, 2004.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.
- VAN DER PLOEG, Jan D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 153-195.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.



Foto: Ana Maria Costa Beber

Paisagem do inverno de São José dos Ausentes

Atrizes do turismo rural

O trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS)

**Raquel Lunardi
Marcelino de Souza**

A década de 1990 marcou um novo momento nos debates sobre desenvolvimento rural. Os enfoques analíticos que até então privilegiavam a modernização da agricultura cederam espaço a abordagens que contemplam também as atividades não-agrícolas como indutoras do desenvolvimento rural. Essas novas possibilidades estão relacionadas com um repertório diversificado de inovações da agricultura familiar que se expressa como reação à cri-

se econômica à qual está cronicamente submetida (Ploeg et al., 2004). Uma dessas estratégias inovadoras é o turismo rural.

O desenvolvimento da atividade turística tem se dado como parte do processo de reestruturação do meio rural brasileiro, especialmente após a década de 1990, como modo de reprodução econômica e social de muitas famílias agricultoras. O turismo vem se constituindo de forma diversa no espaço

rural, chegando em algumas regiões a reorientar os rumos do desenvolvimento local. Em outras regiões, apresenta-se como atividade sazonal, de pequena expressão econômica, embora de forte apelo social. Um dos efeitos mais significativos do turismo rural tem sido a ampliação das opções de trabalho, especialmente para as parcelas da população excluídas ou marginalizadas do sistema de produção, como as mulheres e os jovens.

O turismo rural nos Campos de Cima da Serra

A região dos Campos de Cima da Serra, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, tem investido no turismo rural como alternativa econômica para a agricultura familiar. Essa atividade se iniciou na região na década de 1990, a partir da iniciativa de famílias dispostas a diversificar suas atividades de renda e do forte incentivo de prefeituras municipais. A região é considerada como um dos principais pontos turísticos do Rio Grande do Sul por possuir belezas naturais exuberantes e pelo clima frio. Dois parques nacionais estão presentes, o dos Aparados da Serra e o da Serra Geral, no interior dos quais está localizado o maior agrupamento de *canyons* da América Latina e o pico do Monte Negro (ponto mais alto do estado).

As mulheres atuam como agentes centrais na maior parte dos empreendimentos turísticos da região. Nessa região, o envolvimento delas na atividade turística tem várias motivações, entre elas, a necessidade de diversificação das fontes de renda familiar e a busca de atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia frente às relações desiguais de gênero, uma das razões mais alegadas.

A similaridade entre as atividades para manter o turismo e os afazeres domésticos leva à interpretação de que o trabalho realizado pelas mulheres no turismo seria equivalente ao trabalho doméstico ampliado. Esse fator também justificaria o envolvimento *natural* da mulher nesse ramo. Outra interpretação relacionada a essa suposta analogia com a atividade doméstica é que o turismo rural não exigiria elevado grau de qualificação, já que poderia ser desenvolvido com os conhecimentos previamente adquiridos pelas mulheres.

Como consequência dessa realidade, verifica-se o aumento do número de horas de trabalho diário por parte das mulheres, que, além das tarefas tradicionalmente assumidas por elas, passam a desempenhar funções administrativas e de recepção dos turistas. No entanto, a importância delas nem sempre é reconhecida, podendo ocorrer três situações típicas: 1) elas permanecerem sendo consideradas *ajudantes*, ou seja, como sujeitos socialmente ocultos (assim como costuma ocorrer na produção agrícola); 2) mesmo assumindo integralmente a responsabilidade pela atividade, continuam sendo consideradas *dependentes*, já que o turismo é frequentemente visto como ocupação complementar; 3) elas assumem o status de *empresária do meio rural* ou *empresária do turismo*, quando são reconhecidas como responsáveis pela administração e gestão da atividade turística.

Podemos observar que, mesmo na ocorrência dessa última situação, a hierarquia entre gêneros não desaparece por completo, apesar de a atividade agrícola muitas vezes exercer um papel secundário na provisão de rendas para as famílias. A supremacia masculina permanece da “porteira para fora”, ou seja, a posição social do homem como chefe e provedor da família ainda se mantém aos olhos dos *outros*.

O turismo rural trouxe alterações também para a rotina de homens que passaram a *ajudar* as mulheres. Mas essa ajuda, na maioria dos casos, não ultrapassa a porta da cozinha, já que se restringe a tarefas fora do ambiente familiar, como o trato de animais, o acompanhamento em cavalgadas e trilhas ecológicas e a compra de suprimentos, ou seja, atividades tidas como de domínio público.

Cumpre ressaltar que nem as mulheres nem os homens consideram oneroso o aumento do trabalho provocado pelo turismo. Para elas, o que fazem para os turistas é o que teriam que fazer para suas famílias. Além disso, o envolvimento com o turismo traz benefícios materiais e socioculturais que a agricultura não é capaz de proporcionar. Para eles, ao contrário da pecuária, o turismo é considerado um trabalho *limpo* e de retorno imediato. Alegam ainda que estar com os turistas significa aprender sempre algo novo: *Estamos sempre viajando com eles sem sair de casa*, segundo o depoimento de um agricultor.

As conquistas

O turismo rural trouxe várias mudanças para o conjunto das famílias e, particularmente, para as mulheres. A valorização econômica do turismo rural na região é significativa, pois em grande parte das propriedades a atividade se consolidou como a principal fonte de renda. Isso não significa que a agricultura deixou de ter sua importância na reprodução econômica e social das famílias. Pelo contrário: os recursos arrecadados com o turismo possibilitaram a melhoria dos sistemas pecuários. E mais: eles contribuem para a educação dos filhos, a manutenção da propriedade, além de propiciar maiores níveis de autonomia financeira para as mulheres e os jovens.

Outra novidade econômica trazida pelo turismo diz respeito à geração de demandas locais por alimentos e por mão-de-obra. O turismo gerou emprego, mesmo que tem-

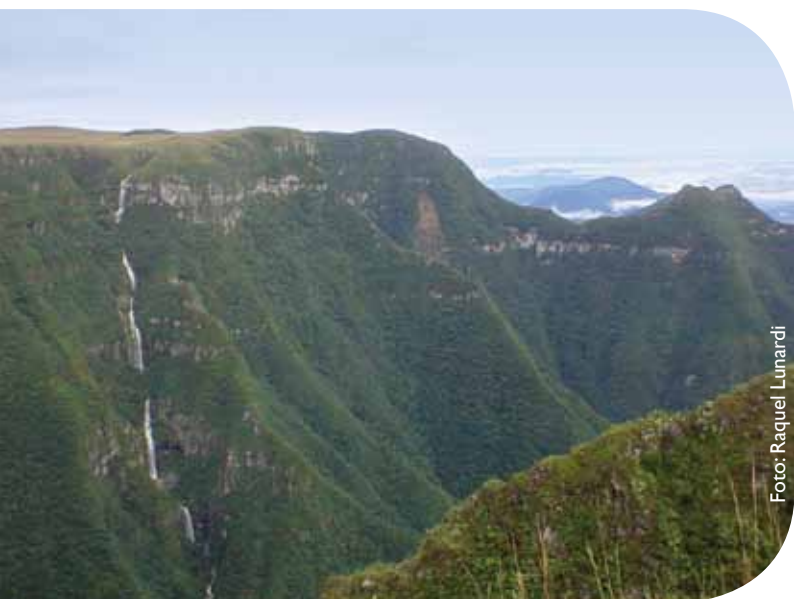


Foto: Raquel Lunardi

Ao lado: Canyon Fortaleza



Foto: Raquel Lunardi

Cascata Cachoeirão dos Rodrigues

porário, para a comunidade local. Além dos membros das famílias diretamente envolvidas, parentes e vizinhos puderam se beneficiar com a criação desses postos de trabalho. A aquisição de alimentos produzidos localmente, sobretudo aqueles produzidos diretamente pelas mulheres, tais como hortaliças, pães, bolachas, doces, etc., também foi um fator de *aquecimento econômico* local. Dessa forma, novas perspectivas econômicas são criadas para a comunidade a partir da diversificação de oportunidades gerada pelo turismo.

Além dos impactos econômicos positivos, outros aspectos importantes vêm sendo percebidos pelas famílias envolvidas no turismo rural. A revalorização do mundo rural e do modo de vida da agricultura familiar é fonte de autoestima para as comunidades. A criação de laços de amizade com os turistas é outro elemento muito destacado pelos envolvidos na atividade. Antes, os momentos de interação com pessoas de outros grupos sociais eram escassos, sobretudo para as mulheres. Esse contato, que poderia incitar um sentimento de perda de privacidade, tem sido encarado como uma oportunidade enriquecedora, de aporte de conhecimento cultural e social. Segundo uma agricultora: *Considero uma relação de amizade. Eu vejo assim: cada pessoa que vem, por mais estranha que seja, sai um amigo. E eu vejo que qualquer pessoa, com seus diferentes tipos de comportamento, a gente tá considerando uma amizade em potencial. Nunca senti minha privacidade invadida.*

É notório também que o turismo provocou o aumento da jornada de trabalho, especialmente nos finais de semana e nos feriados, que antes eram dedicados ao descanso e recreação das famílias. A maioria das mulheres deixou de realizar alguma atividade de lazer

para poder se dedicar ao turismo. No entanto, isso não foi considerado negativo por elas, já que, em contrapartida, conquistaram novas oportunidades para a socialização com a comunidade e fora dela:

[...] A gente viaja com eles, a parte cultural se desenvolve, o relacionamento, tu consegue abrir horizonte. E esse é o principal objetivo, abrir horizontes que antes tu não tinha, e abrir horizonte é tanto na parte financeira, quanto na parte cultural e na parte de amizade [...].

A capacitação dos envolvidos foi outro aspecto importante para o sucesso da experiência. Como não dominavam conhecimentos específicos na área de gestão do turismo, as mulheres buscaram aperfeiçoamento por intermédio de cursos de alimentação, recepção e atendimento aos turistas, higiene e organização das pousadas, entre outros.

A falta de informação sobre políticas públicas que poderiam ser aproveitadas no apoio à atividade também deve ser ressaltada na experiência. Essa carência é em parte justificada pela inoperância dos mediadores sociais, sobretudo pela ausência de divulgação e apoio à elaboração de projetos voltados ao fortalecimento de atividades produtivas geridas pelas mulheres, na linha do crédito Pronaf¹ Mulher. De forma geral, são os homens que acessam o Pronaf, mesmo que os recursos sejam destinados ao financiamento de projetos voltados ao turismo. Por outro lado, cabe destacar que foi significativo o acesso a informações e políticas que estimulam a adoção de tecnologias ambientalmente amigáveis. Em todas as propriedades houve maior esclarecimento sobre formas de preservar o meio ambiente (como o acesso à fossa ecológica e à coleta de lixo).

Diante do exposto, pode-se considerar que o turismo rural nessa região se constituiu numa estratégia de reprodução social e econômica para as famílias envolvidas. A experiência revela que a inserção do turismo rural pode ser analisada sob dois ângulos distintos que podem ser considerados complementares: a construção de autonomia socioeconômica da agricultura familiar e a afirmação da posição da mulher no mercado de trabalho.

Raquel Lunardi

bacharel em turismo, doutoranda em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
raquel_lunardi@yahoo.com.br

Marcelino de Souza

doutor em Engenharia Agrícola, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS
marcelino.souza@uol.com.br

Referências bibliográficas:

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIPA,.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. (Ed.). **Seeds of transition**. Assen: Van Gorcum, 2004.

¹ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A photograph of two men on a traditional reed boat on a large body of water. The boat is constructed from woven reeds and has a thatched roof. The men are dressed in light-colored shirts and dark pants. One man is standing and holding a long wooden pole, while the other is seated. The background shows a clear blue sky and distant mountains. The foreground is filled with a large pile of harvested reeds.

Saboreando os resultados de uma iniciativa coletiva

Stephen Taranto e Stefano Padulosi

O turismo comunitário se caracteriza pela criação de empreendimentos de pequeno porte que são desenvolvidos e geridos por uma comunidade local. Essas iniciativas têm como objetivo garantir que boa parte dos benefícios econômicos gerados pelo turismo seja apropriada pelas comunidades locais, em vez de absorvida pelas agências de viagem. Já o agroturismo é uma modalidade que tem como foco a produção e o consumo de gêneros agrícolas produzidos localmente. Exemplos desse modelo de turismo são encontrados em diversos lugares e podem compreender desde a visita a vinícolas na Itália até temporadas em fazendas de comunidades agricultoras nos Andes, onde se pode aprender um pouco sobre quais são os cultivos locais e como são usados.

O agroturismo é um setor em crescimento da economia boliviana. Um rápido levantamento revelou que mais de 30 iniciativas estão tentando seguir essa tendência, prestando um serviço que atrai os visitantes e beneficia as comunidades locais. Em alguns casos, essas atividades estão sendo adotadas na esperança de que concedam maior visibilidade aos sistemas agrícolas andinos e a sua notável agrobiodiversidade, que consiste em diversas espécies vegetais e animais e que é mantida pelas famílias agricultoras. Por meio de estratégias participativas de diversificação e de relação com os mercados de alimentos e de turismo doméstico e internacional, essas iniciativas visam explorar os cultivos nativos para gerar renda.

Agroturismo nas margens do Lago Titicaca

Uma parceria entre a Bioversity International, uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos que conduz diversos projetos voltados para a criação de alternativas comerciais para as culturas cultivadas na região central dos Andes e a empresa La Paz a Pé (tradução livre de La Paz on Foot) e outras organizações (ver Quadro na pág. 21) foi formada para avaliar e descrever o atual estado de conservação da agrobiodiversidade local e buscar formas de elevar a renda das famílias de uma comunidade do Lago Titicaca por meio do agroturismo. Nosso trabalho começou em Santiago de Okola, uma comunidade situada na margem sudeste do lago, a quase 4 mil metros acima do nível do mar. Santiago de Okola é um vilarejo típico das margens do lago onde vivem cerca de 60 famílias. O lugar tem um grande potencial turístico, pois está apenas a 1,5 hora de barco da Ilha do Sol, o destino turístico mais importante do Lago Titicaca, e somente a 2,5 horas de carro da cidade de La Paz. A comunidade mantém muitas práticas agrícolas tradicionais; os agricultores cultivam batatas e outras culturas andinas, como oca (*Oxalis tuberosa*) e quinoa (*Chenopodium quinoa*). Por essas razões, assim como por suas paisagens exuberantes, a vista do Lago Titicaca e suas lindas praias, a comunidade de

origem aimara há muito tempo vem sendo reconhecida como uma destinação turística dos bolivianos.

Em junho de 2006, um grupo de moradores da comunidade criou a Associação Turística de Santiago de Okola. Eles procuraram a La Paz a Pé, que já vinha trazendo turistas para visitar a comunidade. Os membros da associação queriam trocar ideias e discutir formas de melhorar os serviços que a comunidade já vinha prestando e aumentar suas rendas. Praticamente ao mesmo tempo, a Fundação de Promoção e Pesquisa de Produtos Andinos (Proinpa, sigla em espanhol) contatou a La Paz a Pé e pediu que participasse do programa Espécies Negligenciadas e Subutilizadas, financiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Para tanto, a Proinpa solicitou que a empresa ajudasse a identificar um local apropriado para a implementação de um projeto piloto.

Como resultado desse processo, a comunidade Santiago de Okola foi selecionada, por seus atrativos paisagísticos, pela proximidade com outros destinos turísticos e, sobretudo, pelo interesse e comprometimento demonstrados pela população local. A pesquisa por trás do trabalho buscava comprovar que é possível obter benefícios agregados (aumento de renda, conservação do germoplasma, preservação cultural) a partir da agrobiodiversidade local por meio do agroturismo, especialmente quando a infraestrutura e as capacidades humanas são aprimoradas. Desde então, o projeto tem conduzido uma série de atividades, entre elas, a facilitação de visitas de intercâmbio a outros empreendimentos turísticos comunitários na

Ao lado: Paisagem do Lago Titicaca, na Bolívia

Bolívia e no Equador. Todos os participantes tiveram a oportunidade de ver como outras comunidades têm desenvolvido e gerido suas iniciativas turísticas. Eles também puderam perceber o impacto que o turismo pode ter sobre a renda, o cotidiano e as relações das pessoas na comunidade. Nesse sentido, as visitas têm sido muito ricas, uma vez que têm ajudado os agricultores a aprenderem sobre a gestão de uma iniciativa de turismo, ao invés de apenas sonhar em assumir uma empreitada como essa.

Doze famílias estão participando ativamente do projeto e já disponibilizam quartos com até quatro camas. Cerca de 90 turistas da Europa e dos Estados Unidos visitaram a comunidade em 2008, sendo esperado um número muitas vezes maior para 2009. Os visitantes se hospedaram na casa das próprias famílias, passando algum tempo e compartilhando refeições com os anfitriões. Em geral, o turista participa de um passeio de três horas pela comunidade, que inclui visitas a jardins e hortas caseiras, a parcelas de plantio, à escola da comunidade para depois saborear um almoço tradicional com alimentos produzidos localmente. A Proinpa tem incentivado o desenvolvimento de hortas que sirvam para mostrar a rica agrobiodiversidade da região do Lago Titicaca.

Alguns desafios permanecem na comunidade...

Embora a comunidade de Santiago de Okola esteja entusiasmada com seu projeto, ainda há muitos desafios a serem superados. O aprendizado das famílias participantes vem sendo significativo. Por outro lado, o tempo dedicado às atividades agrícolas e domésticas dificultam uma maior dedicação à nova atividade. A falta de previsão e de regularidade da chegada dos turistas também não favorece o investimento de tempo e recursos na melhoria das condições de hospedagem e outros serviços. Além disso, a migração periódica ou permanente revela que as áreas urbanas continuam a atrair muitas pessoas dessas comunidades.



Foto: Stephan Taranto

Enquanto permanecem na comunidade, os turistas visitam campos de cultivo e sentem o sabor da biodiversidade local

No entanto, o interesse demonstrado pelas famílias participantes é grande, e os técnicos do projeto têm trabalhado junto a todos os membros da comunidade para tornar o projeto sustentável. Prova disso é que estão convidando mais famílias para participar. As famílias também estão investindo recursos pessoais em pequenas melhorias, tais como coletar o lixo em toda a comunidade, pintar quartos e comprar louça e utensílios para uso dos turistas.

Há muitos planos para o futuro. A ideia é criar um museu agrícola comunitário e organizar oficinas para a preparação de pratos exóticos e mais atraentes feitos com cultivos locais. Também começaremos a elaborar os estatutos e regulamentos internos das empresas da comunidade e desenvolver uma página na internet (www.santiagodeokola.com), que em breve irá ao ar. Com o apoio da ONG União e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (Ucodep, sigla em inglês), representantes da iniciativa de agroturismo Runa Tupari, de Cotacachi, no Equador, visitarão Santiago de Okola. Há também uma concentração de esforços para reintroduzir diversas variedades de culturas nativas, tais como cañihua (*Chenopodium pallidicaule*), bem como novas variedades de batata e quinoa. A expectativa é que essa estratégia diversifique a dieta alimentar dos agricultores e contribua para conservar as tradições agrícolas regionais.

A importância de estratégias de divulgação

Uma nova e importante parceria na conservação da herança agrícola de comunidades como Santiago de Okola tem sido a cadeia de restaurantes Alexander Coffee. Seus cafés são muito populares entre turistas e bolivianos. Em 2008, com o apoio da Ucodep, da Proinpa e da La Paz a Pé, a Alexander Coffee promoveu uma série de campanhas de conscientização sobre o valor nutricional, cultural e econômico dos três grãos andinos (quinoa, cañihua e amaranto). Esses grãos têm alto valor nutritivo, mas sua produção mal consegue competir com a da farinha, do milho ou de outros produtos associados. Muitas vezes as pessoas não comem os grãos andinos porque são estigmatizados como sendo comida de pobre, um estereótipo difícil de superar. Durante o período de três meses da campanha, foram realizadas diversas atividades. Foram elaborados quatro pratos exóticos utilizando esses grãos (bolinhos de amaranto e salada com quinoa, por exemplo), bem como foram colocados folhetos em mesas e balcões de restaurantes com informações sobre a história, a cultura e o valor nutritivo de cada grão.

Os resultados obtidos entre os consumidores bolivianos têm sido animadores, mostrando o potencial para o aumento do consumo desses grãos. Sabe-se, porém, que os turistas estrangeiros que frequentaram algum estabelecimento da Alexander Coffee e que tenham aprovado o sabor dos grãos andinos podem ter dificuldade em encontrá-los em seus países de origem, por falta de disponibilidade. A ideia, entretanto, é ao menos sensibilizá-los quanto à riqueza da agricultura da região andina, um aspecto geralmente negligenciado por empresas de turismo que operam na região.

A experiência demonstrou que a colaboração entre a iniciativa privada e ONGs possibilita o alcance de um grande número de pessoas com informações importantes que aumentam a conscientização sobre o consumo de cultivos nativos.

Parcerias para o desenvolvimento e conservação da agrobiodiversidade

Muitas organizações estão envolvidas nessa iniciativa, todas com diferentes interesses e experiência. Uma delas é a Fundação Proinpa, uma instituição de pesquisa e conservação da agrobiodiversidade sediada em La Paz. Como resultado de mais de 15 anos de trabalho, a fundação detém um vasto conhecimento sobre a complexidade das dinâmicas sociais e tecnológicas que caracterizam a região andina. Outra parceira é a ONG Ucodep, de Roma, que tem trabalhado em diversos projetos de desenvolvimento sustentável, incluindo iniciativas turísticas que beneficiam as comunidades locais. A terceira parceria é da La Paz a Pé, um pequeno projeto de agroturismo e educação ambiental que oferece cursos e organiza pacotes turísticos com foco na história natural e cultural da região central dos Andes. O nome já indica que a empresa promove atividades turísticas de “ritmo lento”, com passeios “a pé” pelas comunidades e momentos de verdadeira interação com as populações locais.

Outra valiosa contribuição vem da Alexander Coffee, uma importante cadeia de restaurantes da capital boliviana. Essa rede tem um longo histórico de trabalho com comunidades agricultoras e tem apoiado o desenvolvimento de duas cooperativas bem-sucedidas de café orgânico. A Bioversity International, por sua vez, contribui ao conferir às experiências um enfoque multidisciplinar, convergindo interesses de diversos setores da sociedade. Um de seus principais objetivos é apoiar projetos-piloto para reduzir a pobreza, incrementar a geração de renda das comunidades rurais e, ao mesmo tempo, conservar a agrobiodiversidade e as práticas culturais associadas necessárias para manter a diversidade genética nessas áreas.

Também confirmou que a promoção da agrobiodiversidade local pode ter bons resultados se forem adotadas abordagens inovadoras, práticas, culturalmente sensíveis e atrativas. Além disso, acreditamos na importância do envolvimento das novas gerações, que devem perceber o trabalho com os cultivos e alimentos locais como uma oportunidade de redescobrir suas próprias raízes e tradições de uma forma aprazível.

As parcerias estabelecidas durante o projeto dependem essencialmente da vontade dos agricultores e comunidades locais em continuar utilizando espécies e variedades nativas negligenciadas e subutilizadas. Em Santiago de Okola, os enfoques inovadores centrados na diversificação das economias agrícolas parecem estar funcionando, ainda que em pequena escala. Os coordenadores do projeto estão buscando mais apoios para poder dar continuidade e, se tudo der certo, replicar os resultados positivos verificados até agora. O interesse e comprometimento dos agricultores são fundamentais

para o processo e, à medida que forem obtendo sucesso, temos certeza de que esse empenho continuará a crescer, assim como vem ocorrendo com seus cultivos.

Stephen Taranto e Stefano Padulosi

La Paz on Foot, Bolívia

info@lapazonfoot.com - <http://www.lapazonfoot.com>

Referências bibliográficas:

MCKENZIE-MOHR, D.; SMITH, W. **Fostering sustainable development: an introduction to community-based social marketing.** Canadá: New Society Publishers, 1999.

SWISSCONTACT. **Deep inside Bolivia: guide to community ecotourism.** Bolívia: Conservation International, Fundação Praia, Swisscontact, PPD/PNUD, 2008.

Muitas frutas, mas também muitos problemas

Anders P. Pedersen

Nas montanhas de Uluguru, na Tanzânia, crescem muitos tipos de frutas e há sol em abundância para desidratá-las. A combinação desses fatores poderia significar bons rendimentos para os agricultores, mas a situação não é tão simples assim. Mesmo aqueles mais empreendedores e dedicados enfrentam uma série de dificuldades. Para vender um pacote de mangas desidratadas, por exemplo, é necessário investir muitos recursos e superar diversos obstáculos burocráticos.

Os agricultores formam redes e constituem cooperativas em busca de uma melhor inserção nos mercados. Muitos procuram aprimorar suas capacidades na área de comercialização, participando de encontros, projetos, treinamentos, assim como tomando empréstimos. Apesar disso, muitas vezes os resultados são limitados e não sustentáveis. Mas alguns agricultores são inovadores e despendem esforços adicionais em busca de novos caminhos para a geração de renda.

Um desses agricultores é o sr. Ramadhani Fufumbe, do distrito de Kinole, na região de Morogoro, Tanzânia, país da África Oriental. Há mais de cinco anos ele integra a rede de agricultores inovadores MVIWATA¹. Ramadhani tem 55 anos, é de origem da tribo Uluguru. É casado com Rehema e Sina-yyo e tem seis filhos, três dos quais ajudam na produção.

As montanhas de Uluguru

O sr. Ramadhani vive em um local remoto, de difícil acesso e com habitações rústicas dispersas na paisagem. Embora

os regimes tribais tenham sido formalmente abolidos com a independência em 1961, a maioria das pessoas na Tanzânia ainda respeita muito os chefes das tribos. O chefe de Uluguru reside na cidade de Kinole, o que a torna especial para os tanzanianos.

Os solos são avermelhados ou pretos e propícios para a agricultura. Uma precipitação considerável, de 2.000 mm por ano, a altitudes modestas de 400-500 metros e em terrenos ondulados contribui para um microclima variável. Por conta dessas características ambientais, os agricultores cultivam grande variedade de espécies – arroz de várzea e de sequeiro, pimentas, coco, milho, jaca, laranjas, feijões, amendoins, bananas e tomates –, o que permite que as casas estejam abastecidas de alimentos durante a maior parte do ano. Além disso, a maioria das famílias não depende muito de dinheiro, uma vez que há troca de comida e o trabalho é compartilhado de várias formas.

A produção de frutas secas para o mercado

Em meados dos anos 1990, houve uma tentativa de instalar uma fábrica de sucos na vizinha Mkuyuni. O esforço, porém, fracassou porque os agricultores não conseguiram levantar a sua parte de capital. Os equipamentos que ficaram abandonados (tais como secadores solares e bandejas) foram doados àqueles poucos agricultores da região que estavam interessados em continuar o processamento local de frutas, entre eles o sr. Ramadhani. A secagem de frutas teve início em 1997. Não foi simples iniciar o negócio de frutas desidratadas. Apesar de uma distância relativamente curta em relação à cidade (45 km), as estradas são precárias e se tornam intransitáveis durante as chuvas fortes, isolando a área. As frutas para o mercado urbano podem chegar tarde demais ou mesmo não chegar. Podem apodrecer ou ainda não encontrar compradores em função de dificuldades com transporte e custos, ou por haver oferta em excesso proveniente de outras localidades. Para superar essas dificuldades, o sr. Ramadhani procurou inovar no processamento e na comercialização.

¹ MVIWATA - rede nacional de pequenos agricultores na Tanzânia orientada para a inovação com base na metodologia agricultor a agricultor.



Fotos: autor

Família do Sr. Ramadhani

Ele seca, embala e comercializa jaca, abacaxi, banana, manga, *mizaituni* (uma fruta nativa da América Central, mas cultivada na região há tempos), tomate e capim-cidreira. Como esses produtos são colhidos em épocas distintas de amadurecimento, o sr. Ramadhani pode distribuir o trabalho ao longo do ano. Ele possui dois secadores solares, trinta bandejas, um armário, um telefone celular e um escritório de alguns poucos metros quadrados. Mas ele vivencia a condição típica enfrentada pelos agricultores da região, já que não conta com eletricidade, gerador, veículo, combustível, água bombeada, balanças e termômetros.

O celular é uma grande novidade, e somente três ou quatro pessoas da vila têm um. Normalmente as baterias podem ser recarregadas ao preço de 100 shilings tanzanianos (TSh), cerca de U\$ 0,06, em uma vila próxima onde há um painel de energia solar para esse fim.

As mensagens de texto são usadas como forma de reduzir os custos de comunicação. Sem o aparelho celular, o sr. Ramadhani não seria capaz de estar em contato permanente com clientes e fornecedores. Ele teria que gastar muito mais tempo em busca de quem comprasse sua produção.

Se tudo der certo...

As frutas são cortadas e dispostas nas bandejas ainda frescas. Estarão prontas para serem embaladas em dois ou três dias – se tudo der certo. O tempo pode estar nublado, pode haver excesso de chuva ou as formigas podem reivindicar sua parcela da produção. Às vezes algumas bandejas de frutas passam do ponto e ficam queimadas. Pode ser que as temperaturas estejam muito altas, mas as razões para que isso ocorra ainda não são completamente entendidas e o problema é frequente e imprevisível. Há ocasiões em que cerca da metade das bandejas é descartada. Frutas como a manga necessitam de um produto químico (metabissulfito de potássio) para manter a cor. Esse conservante é usado na dose de dois gramas por quilo de fruta. Ele é importado e caro, mas se não for usado as mangas escurecem e não podem ser vendidas. Um amigo da universidade tem ajudado o sr. Ramadhani até o momento. No futuro, no entanto, ele poderá deixar de ter esse acesso facilitado ao produto, o que significa que não poderá mais continuar produzindo manga seca, a menos que encontre um método alternativo para manter a cor da fruta.

São necessários até 2 kg de fruta fresca para se produzir um pacote de 100 g, que é vendido no atacado por 400 Tsh.



Na estrada de Boma, em Morogoro, há uma pequena loja para agricultores com vários produtos similares (alimentos, sucos, temperos, etc.) onde o preço chega a 500 Tsh. Outros canais específicos são explorados à medida que aparecem. Por isso, quando o sr. Ramadhani viaja, ele sempre leva uma amostra de seus produtos.

Encontrar boas embalagens para acondicionar os produtos é outra dor de cabeça. Mesmo embalagens de baixa qualidade devem ser importadas de Nairobi. As de melhor qualidade podem ser adquiridas em Moshi, a 600 km de distância. Os pacotes e etiquetas frequentemente custam mais do que o valor da fruta seca. As frutas são coletadas, embaladas em sacos plásticos, etiquetadas com data de produção e de validade e seladas com a chama de uma vela.

Risco de prisão

O sr. Ramadhani insiste na melhoria da situação seguindo os trâmites legais – o que é uma tarefa e tanto. Para ter seu negócio aprovado e legalizado ele precisa ser (e é) um produtor registrado. Para o registro ele necessita que seus produtos tenham um certificado de sanidade. Isso é uma obrigação para a venda no mercado interno e externo, mas é um obstáculo significativo para um produtor pobre e que vive numa área remota. Inicialmente, ele tem que visitar vários escritórios. Em seguida, amostras das frutas são analisadas, a um custo de 100 mil Tsh (cerca de U\$ 75,00) por amostra. Como ele produz e comercializa seis espécies de vegetais secos, esse custo é de 600 mil Tsh (cerca de U\$ 450,00). Essa exigência legal desestimula muitos produtores a se tornarem registrados. Mas o sr. Ramadhaniperseguiu esse objetivo e fez todos os investimentos necessários. Finalmente, ele conseguiu obter o registro e a licença para comercialização, o que foi muito importante, já que do contrário ele corria o risco de ser preso caso fosse pego vendendo seus produtos fora da região de Morogoro.



Manga seca

Mesmo com essa conquista no campo legal, o sr. Ramadhani vem perdendo tempo e dinheiro por ser frequentemente forçado a viajar para fora da vila para obter informações e comprar etiquetas, embalagens, conservantes e outros materiais cruciais. Isso pode tornar inviável seu já frágil negócio. O lucro pode nunca ser substancial, a menos que a quantidade aumente e a carga de trabalho seja repartida, por exemplo, a partir do envolvimento de outros produtores do local. Além disso, o sr. Ramadhani poderia se especializar em um único produto ao invés de seis. Essa estratégia poderia gerar maiores volumes, facilitar a comercialização e aumentar o lucro. Entretanto, o risco também seria maior pela perda da diversificação.

Apoio distante e insuficiente

Apesar das várias estratégias e políticas voltadas para reduzir a pobreza rural, a atual regulamentação coloca sérios desafios, mesmo para os agricultores mais inovadores.



Secador de frutas



Frutas em processo de secagem

O Quadro I mostra que o número, o custo e o ritmo dos requerimentos oficiais tornam praticamente impossível atender às exigências legais. Tais requerimentos incluem o registro do negócio, testes de laboratórios dos produtos transacionados, controle de qualidade, certificados de qualidade, impostos locais e taxas governamentais, cada um demandando uma grande quantidade de documentos. Um camponês pobre, que vive em uma região montanhosa remota em uma casa de taipa sem mobília, simplesmente não tem como atender a todas essas exigências.

Quadro I. Para se tornar um empreendedor rural é necessário superar uma série de dificuldades.

1. Produzir excedentes de um produto que tenha valor no mercado local.
2. Encontrar consumidores para esse produto.
3. Obter registro da Câmara de Comércio.
4. Testar o produto em laboratório:
 - a. identificar um laboratório;
 - b. estabelecer um acordo;
 - c. pagar os testes e suas repetições para cada tipo de fruta.
5. Solicitar o Certificado de Controle de Qualidade da Autoridade de Alimentos e Fármacos da Tanzânia.
6. Pagar pelo Certificado de Controle de Qualidade.
7. Coletar o certificado e fazer cópias.
8. Obter autorização das autoridades locais para estabelecer uma loja.
9. Estabelecer uma loja ou ponto comercial ou vincular-se a um intermediário.
10. Registro, contas e pagamentos para o Departamento de Impostos sobre Renda.

Muitas comunidades e organizações da sociedade civil não precisam lidar com as questões burocráticas que enfrentam os agricultores inovadores com potencial de crescimento. O serviço local de extensão rural parece exercer um papel insignificante ou invisível. Em muitos casos, as únicas potenciais contribuições vêm de agen-

tes do mercado, do meio acadêmico ou de algum projeto de desenvolvimento que apareça na região. Porém, nem sempre os agricultores podem contar com essa ajuda. Os agentes do mercado, por exemplo, geralmente perdem interesse quando o produto é ofertado em pequenas quantidades ou quando o clima ou a logística reduzem sua disponibilidade. Muitos projetos de pesquisa são pequenos demais e não levam em consideração as demandas específicas do produtor nem sua sustentabilidade. Assim, como um paradoxo, o agricultor, cuja meta é obter apoio para se inserir no mercado, torna-se um fracassado, sendo frequentemente deixado para trás por todos aqueles que num primeiro momento se propuseram a ajudá-lo.

Percebemos, portanto, que os agricultores de áreas remotas necessitam de apoio técnico e administrativo adequado e constante para poderem continuar a melhorar a produção, a produtividade, a capacidade de estocagem e o acesso aos mercados. Além disso, redes e organizações devem ser mais colaborativas e sensíveis a suas demandas, de forma a minimizar custos e prover outros apoios. É fundamental levar em consideração todas essas questões para que agricultores como o sr. Ramadhani Fufumbe sejam ainda mais bem-sucedidos.

Anders P. Pedersen
trabalhou para o MS-Tanzania (www.ms.dk) como consultor público-privado.
anderspp@gmail.com



Aprendizagem e inovação:

as várias faces do trabalho de produtores
de plantas medicinais no Sul do Brasil

Flávia Charão Marques

A noção de que o progresso social e econômico brasileiro deveria seguir a rota da urbanização e da industrialização crescente está enraizada historicamente, corroborando a ideia de que a mão-de-obra ocupada na agricultura seria de alguma maneira absorvida por outros setores econômicos conforme a modernização fosse avançando no campo. O espaço rural seria, então, apenas uma área geograficamente definida em oposição ao meio urbano. Sua função primeira seria a produção agrícola em larga escala e, excetuando tal atividade, qualquer outra coisa representaria atraso e estagnação socioeconômica. Entretanto, essa rota aparentemente obrigatória não se concretizou da forma que os modelos desenvolvimentistas preconizaram. Ao contrário, o meio rural brasileiro é território de novas inserções socioeconômicas para a sociedade em geral, de preservação da paisagem e do ambiente, de turismo, de lazer, de locais alternativos de moradia. Enfim, além dessas muitas funções, é espaço privilegiado para a construção do desenvolvimento sustentável, de qualidade ambiental, de equidade social, de segurança alimentar, de novos padrões de consumo e assim por diante. Sob uma perspectiva ampla, Marsden (2009) identifica que o domínio rural está se transformando no principal espaço de contestação e desenvolvimento, em função da riqueza das relações socioecológicas e ecoeconômicas que pode propiciar.

Esse panorama constitui uma *ruralidade* de múltiplas facetas, que resgata e reafirma a importância do conjunto de contribuições da agricultura na busca de soluções para os impactos negativos do modelo produtivista (Carneiro, 2002), mas também agrega distintas atividades não-agrícolas, gerando diversidade de mobilizações e relações sociais associadas a mudanças ou novos significados para o trabalho dos agricultores. Por outro lado, nem sempre estão visíveis para o conjunto da sociedade esse dinamismo e a heterogeneidade de expressões da ação social relacionada às reconfigurações do trabalho nos espaços rurais.

A apresentação deste artigo pretende contribuir para o necessário desocultamento da diversidade de estratégias e arranjos sociais associados ao trabalho de agricultores familiares que dedicam suas vidas a construir uma agricultura de base ecológica no Brasil. Para cumprir essa tarefa são apresentadas três experiências de agricultores que estão produzindo plantas medicinais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O material que serviu de base para as presentes considerações foi obtido a partir de entrevistas conduzidas durante o ano de 2007 e constitui parte do trabalho de pesquisa realizado para a elaboração da tese de doutorado da autora (Marques, 2009).

Ao lado: Dona Rosa e o Seu Genésio em casa com neto, em Chapecó

Da roça à saúde pública

Rosalina (dona Rosa) e Genésio vivem na localidade de Faxinal dos Rosa em Chapecó, município na região oeste do estado de Santa Catarina. Trabalham na agricultura desde a infância, já lidaram com lavouras diversas e engenho de cana-de-açúcar e, nos últimos trinta anos, com avicultura de corte em sistema de integração com a indústria. Dos três filhos, o mais novo mora com eles, estuda em Chapecó e não trabalha na agricultura. Os outros dois são casados e construíram suas casas dentro da área do estabelecimento, mas a filha e o marido trabalham fora. Assim, apenas o filho mais velho trabalha na agricultura, tem uma pequena agroindústria onde produz embutidos de carne suína, desenvolvendo parte de suas atividades em parceria com o pai.

Dona Rosa está aposentada como agricultora, enquanto Genésio deve se aposentar em dois anos, o que representará mais um reforço nos ingressos de renda. Ele também se ocupa com a criação de galinhas caipiras, poedeiras e para corte, mas, como não tem licenciamento para abatê-las, vende sob encomenda para vizinhos e conhecidos. O casal também produz leite, que dona Rosa transforma em queijo e nata para vender na Feira do Agricultor, duas vezes por semana, dentro da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Nesse espaço, ela também comercializa plantas medicinais em conjunto com outras mulheres, na banca que está sob responsabilidade do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Mas as atividades da família não foram sempre assim. Ela conta:

Nós éramos integrados do aviário e terminamos porque, com a história do aviário, nós não podíamos produzir nada como queríamos. Passamos 30 anos comprando ovos pra poder sobreviver (comenta dos ovos porque a empresa integradora não permitia que criassem galinhas para autoconsumo, alegando riscos sanitários). Daí, nós saímos. [...] Aí, tínhamos que investir no aviário, arrumar tudo, gastar, fizeram orçamento pra nós, nós íamos gastar 40, 45 mil pra arrumar. E, aí, como eu já tava no movimento, a gente foi aprendendo, a gente tá vendo as coisas, né? O que nós já fomos usados! Aí, a gente decidiu. [...] E, depois, quantos anos teríamos que pagar de novo aquilo? Ah, eu dizia pra eles, eu passei minha vida pagando conta.

Os endividamentos constantes para manter o nível da produção de aves e a entrada de dona Rosa no MMC foram decisivos para as mudanças que realizaram e, especialmente, para consolidar a atividade de produção de plantas medicinais que já vinha desenvolvendo pela atuação junto à Pastoral

da Saúde. A “vivência com as plantas” tem uma dimensão importante na vida de Rosalina. Ela se orgulha do conhecimento adquirido com a mãe e com os tios, assim como do aperfeiçoamento obtido pelas oportunidades que teve por meio da Pastoral e pela atuação no movimento.

Entre os anos 2000 e 2003, com recursos do governo federal e por meio de um convênio entre a Unochapecó, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e a Pastoral da Saúde, o Serviço Municipal de Saúde de Chapecó conduziu um programa de atenção à saúde baseado em práticas integradas, que incluíam a fitoterapia. As plantas eram produzidas em um horto, que contava com área de produção e área para beneficiamento, dotada de secador de alta capacidade e equipamentos para processamento e embalagem. Dona Rosa foi coordenadora do horto, sendo contratada como funcionária pública para realizar especificamente esse trabalho.

A gente secava, embalava, arrumava elas [...] nessa embalagem, sequinha, assim, arrumada, ia pras unidades. Tinha três unidades, já tava funcionando, recebendo, posto de saúde do Município. [...] Eu trabalhava com os grupos de idosos e os grupos de hipertensos, junto com as médicas. Aí, as médicas iam fazer o trabalho com os hipertensos e eu ia junto, elas me levavam junto, pra elas orientarem sobre as questões e eu orientar sobre os remédios. Já levava os remédios, mostrava, levava as plantinhas. Esse tu pode tomar pro colesterol, esse pra pressão alta, outro pra controlar isso



e elas me davam toda abertura pra mim tá fazendo esse trabalho.

Em função de uma troca no governo municipal o programa foi interrompido. Segundo avaliação de dona Rosa, esses projetos têm que ter vontade, decisão política pra tocar e têm que ter alguém que tenha esse ponto de vista. Ainda que o projeto não exista mais, o programa multidisciplinar proporcionou a participação dela em várias etapas, o que foi importante para consolidar sua liderança na região e reforçar o duplo caráter do trabalho dessa agricultora que inova mesclando roça e saúde pública.

Uma vez agricultor, sempre agricultor

Roque e Lori vivem e trabalham no Sítio Apiquárius, no município de Gramado, na região serrana do Rio Grande do Sul, desde 1985. Os dois filhos adolescentes já nasceram no sítio, estudam na cidade, mas ajudam os pais na produção de plantas medicinais, principal atividade da família.

O casal é filho de agricultores de origem italiana. Ambos saíram do interior para estudar e trabalhar na cidade ainda na década de 1960. As famílias muito numerosas e a limitação de área para manter todos trabalhando na agricultura motivaram essa ida para Porto Alegre, onde se conheceram e casaram. Ele foi bancário, enquanto ela trabalhou como professora no sistema público de ensino (funcionária pública) e instrutora de yoga. Durante os mais de vinte anos de vida na cidade, não desfizeram seus vínculos rurais, pelo contato permanente com as respectivas famílias, mas, fundamentalmente, pelo sempre presente desejo de voltar. A ideia acalentada da volta para a colônia nunca foi percebida como um retrocesso, uma volta ao passado. Ao contrário, suas manifestações

No Assentamento Conquista da Luta, Roberta explica como realiza o trabalho de manejo da vegetação no seu lote, em Piratini



Roque e os filhos trabalhando na comercialização das plantas medicinais, em Porto Alegre

deixam muito claro que regressar ao rural para viver da agricultura significava a esperança de “fazer uma vida diferente”.

Nós podemos nos considerar mais realizados naquela história de sair da cidade e ir para interior. Chegamos aqui há vinte e poucos anos e estamos aqui ainda. (Roque)

Para os investimentos iniciais, utilizaram reservas de recursos que a atividade de bancário havia permitido guardar, mas contam que, nos primeiros anos, foi o salário de professora que viabilizou a permanência no interior e as atividades agrícolas iniciais. Quando pode, ela se aposentou como professora, porém, continua trabalhando como instrutora de yoga (atende grupos de alunos em Gramado e Canela). Esse trabalho mantido por Lori, além de contribuir com alguma renda, é de bastante relevância na construção das relações sociais da família. É interessante notar que essa atividade, de modo geral, é incomum, mas é coerente com a opção da família por uma “vida mais equilibrada”, que inclui o vegetarianismo há vários anos. Durante a “vida na cidade”, tiveram a oportunidade de estar em contato com pessoas e grupos ligados ao movimento ecológico, bastante ativo em Porto Alegre na década de 1970, o que parece ter sido decisivo nas escolhas que vêm fazendo até o presente.

[...] nós, aqui, por estarmos trabalhando com ervas medicinais sem agrotóxicos estamos beneficiando muita gente. No entanto, poderia simplesmente plantar fumo, por exemplo. Ai, eu estaria muito pouco preocupado com o resto do mundo. [...] Eu acho, então... tô me sentido legal, porque eu sei que tô fazendo a minha parte, nós estamos aqui fazendo a nossa parte. Então, assim, não contribuindo com aquela história de poluir, abrir grandes áreas, desmatar grandes áreas. Pode ver, o meu recanto aqui, ele é super preservado, isto é uma opção de vida, não resta dúvida. (Roque)

Ao retomar o trabalho agrícola, começaram produzindo mel, que vendiam em Porto Alegre, na Feira dos Agricultores Ecológicos organizada pela Cooperativa Coolméia. Entretanto, ao perceberem a demanda pelas plantas medicinais, passaram a se dedicar a essa atividade. Hoje em dia, trabalham com mais de 200 espécies de plantas, cultivadas em um complexo sistema de manejo e comercializadas semanalmente na feira, tanto secas como *in natura*. Cumpre destacar que a dedicação ao trabalho de comercialização direta ao consumidor extrapola o caráter estratégico

que viabiliza o modo de vida escolhido; a feira é essencial no estabelecimento das relações sociais da família e constitui espaço privilegiado de troca de conhecimentos e ampliação de redes.

[...] Eu acho que a feira, Deus me livre que termine... A feira, onde tu produz e vai direto no consumidor, é a melhor coisa que tem. Não tem coisa melhor. [...] Uma das coisas mais legais que poderia ter é isto, pegar teu produto e levar direto ao consumidor. (Lori)

O aprendizado *urbano*, a raiz na agricultura, os ideais que conectam natureza e saúde fazem parte da opção dessa família por um modo de vida em que o trabalho (agrícola ou não) não está desvinculado dos demais aspectos da vida cotidiana, tampouco das crenças e dos valores construídos sob influência do que eles denominam de “princípios ecológicos”.

Um ideal ecológico: do urbano ao rural

Roberta e Jaime formam um jovem casal de agricultores que vivem com suas duas filhas pequenas no Assentamento Conquista da Luta, no município de Piratini, Rio Grande do Sul, em uma



Manejo de canteiro de plantas medicinais



Processo pós-colheita das plantas medicinais

região conhecida como Pampa Gaúcho (também chamada de Campanha), que é caracterizada historicamente pela presença de latifúndios e criação extensiva de bovinos de corte.

Ela, neta de agricultores paulistas, e ele, com mãe indígena (etnia Guarani), cresceram na cidade, são técnicos agrí-

colas e tiveram suas vidas cruzadas quando estudaram na mesma escola, em Cachoeirinha, município da Grande Porto Alegre. Pode-se dizer que escolheram ser agricultores, sendo o acesso à terra uma consequência do encontro de duas histórias. Uma se refere à trajetória da família de Jaime, cujos avós foram expulsos de terras indígenas ainda na década de 1950. Uma sequência de acontecimentos levou ele, a mãe e os irmãos ao engajamento no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A segunda história está relacionada ao trabalho de ambos como estagiários e, depois, como técnicos na Cooperativa Coolméia, em Porto Alegre. Durante a década de 1990, houve uma aproximação entre os ecologistas e os assentados da reforma agrária, que começavam a trabalhar com agricultura ecológica. Assim, Roberta e Jaime, como participantes ativos no processo, passam a estabelecer relações com pessoas e organizações, que fazem parte das suas atividades até hoje.

Eles foram assentados em meados do ano 2000, entretanto, mantiveram o trabalho como técnicos agrícolas em projetos de assessoria e capacitação de agricultores, dividindo seu tempo em um leque de atividades. Uma das atividades é a comercialização de insumos para a agricultura ecológica, que inicia quando Jaime (junto com outro ex-associado da Coolméia) estabelece uma empresa, a Biobacter, que passa a processar e comercializar farinhas de rocha. A sede da empresa fica em Porto Alegre em um pequeno terreno alugado

e está integrada à associação Emrede – Empreendimentos Solidários, que reúne empreendimentos de economia solidária do Rio Grande do Sul. Em outra atividade que realizam, cumprem contratos de trabalho para assessoramento técnico e de capacitação para a produção ecológica. Estão vinculados à Guayí, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que executa projetos nas áreas de democracia participativa, economia solidária, direitos humanos e segurança urbana, ecologia e agricultura. Portanto, nos últimos anos, o casal tem tido mais oportunidades de trabalhar como técnicos, segundo nos mostra a fala de Roberta:

[...] É uma exceção agora, porque a gente fica mais fora. Vai fazer oito anos que a gente tá assentado, mas, nos últimos três anos, é que tem tomado esse ritmo de fazer coisas fora, mais por causa do governo Lula, um monte de projetos. [...] Agora, nós estamos trabalhando em 32 municípios es-

palhados no estado, tem 16 pólos de biomineralização mais antigos, conseguimos avançar muito o trabalho a partir dessa viabilidade do projeto.

Sobre o lote que receberam no assentamento, ela fala: *As plantas medicinais são a vocação do lugar.* Eles identificaram 120 espécies com potencial de uso medicinal ocorrendo naturalmente, exploram cerca de trinta, mas, com tanto envolvimento em atividades fora do estabelecimento, pergunto se essa é a atividade principal, ao que ela responde:

Sim, as ervas medicinais, isto é decidido [...] Mas não chegou no que a gente quer ainda, queremos pegar um tempo da vida e investir.

Atualmente, comercializam plantas secas, fracionadas em embalagens pequenas que seguem para lojas de produtos naturais em Bagé, Pelotas e Brasília, bem como para Lojas da



Comercialização de plantas medicinais



Roberta na sede do Ipep – Bagé/RS

Reforma Agrária no Mercado Público de Porto Alegre, além de Santa Catarina e São Paulo. Em seu lote, eles mantêm uma pequena área com algumas plantas cultivadas (inclusive para autoconsumo). A maior parte das espécies medicinais é manejada com colheitas sazonais e faz parte da vegetação nativa ou espontânea. Espécies cultivadas são mantidas na área onde está a sede do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa (Ipep), em Bagé, distante aproximadamente 40 km do assentamento.

Com o instituto eles mantêm uma parceria que viabiliza o trabalho de embalagem e armazenagem dos chás, uma vez que no assentamento não dispõem de estrutura adequada para o beneficiamento do material colhido. Roberta enfatiza que: “Com a parceria forte com o Ipep, facilita atender a parte legal.” Essa relação com o Ipep vem desde a época em que faziam parte da Coolméia, assim, eles têm trabalhado também como técnicos em alguns projetos executados pelo instituto.

São múltiplas as estratégias e relações que esse casal de novos agricultores vem construindo em uma trajetória forjada a partir



Materiais didáticos usados na atividade de assessoria

de alguns ideais: o ecológico, o do trabalho coletivo, da participação, da mobilização reivindicatória e emancipatória. Sobretudo, é a dedicação à agricultura que parece lhes permitir transitar por espaços de trabalho abertos por uma sociedade urbano-rural em transformação.

Diversidade do trabalho: sinergias para a construção da sustentabilidade

As famílias que emprestaram suas experiências para nossa leitura são pioneiras no cultivo ecológico das plantas medicinais. Suas trajetórias mostram razões mobilizadoras distintas, mas têm em comum a característica de criar múltiplas estratégias para trabalhar, inovar e ampliar espaços de autonomia que os mantenham na agricultura, muito embora suas inserções extrapolem o mundo agrícola e, mesmo, o rural.

Aspectos como saúde, satisfação, orgulho, consciência ecológica, respeito à natureza são perceptíveis e recorrentes em suas falas e práticas, constituindo influências significativas no desenvolvimento cotidiano de uma agricultura que reconstrói sua base agroecológica e cria novas dinâmicas socioeconômicas. Tal reconstituição de sinergias é fruto do trabalho desses agricultores, que está longe de significar um processo de isolamento na agricultura em si mesma.

A interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais



Lavagem das plantas

complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas (Schneider et al., 2006). Por outro lado, a própria diversidade do trabalho, exemplificada pelas experiências, é geradora de uma multiplicidade de relações que criam oportunidades para novas sociabilidades, reciprocidades, mobilização social, processos de geração

de conhecimento, de aprendizagem e inovação que contribuem para o avanço da sustentabilidade no desenvolvimento como um todo.

Flávia Charão Marques

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

flavia.marques@ufrgs.br

Referências bibliográficas:

CARNEIRO, M.J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade**: uma abordagem comparativa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. (Textos para Discussão)

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos**: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARSDEN, T. Mobilities, vulnerabilities and sustainabilities: exploring pathways from denial to sustainable rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 49, n. 2, p. 113-131, 2009.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 137-164.



A diversidade da agricultura familiar

SCHNEIDER, S. (Org.). Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2006

Compilação de trabalhos científicos que têm em comum a ideia de que a diversidade e a heterogeneidade da agricultura familiar, tal como se apresenta atualmente, não devem ser encaradas como obstáculos ao desenvolvimento. Pelo contrário, os estudos demonstram que o desenvolvimento é tributário exatamente dessas formas diversificadas de configuração dos arranjos produtivos e de estratégias de reprodução material, social, política e cultural. Um dos aspectos destacados por vários autores é que essas variações são ajustadas aos contextos locais e moldadas por processos de inovação local voltados à criação de novas oportunidades de trabalho e renda.

Territórios deprimidos

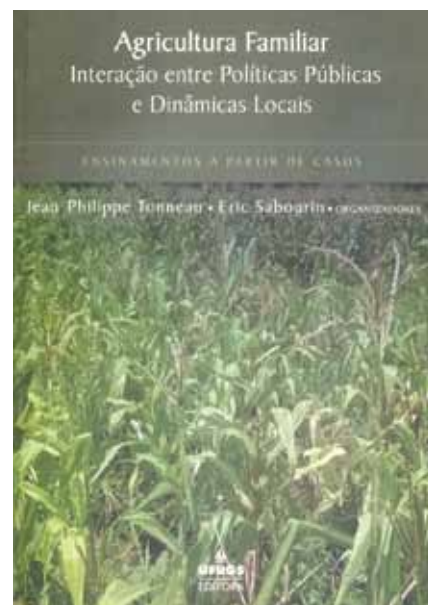
ORTEGA, A. C. Campinas/Uberlândia: Alínea/EdUFU, 2008.

A obra analisa os efeitos perversos do atual modelo hegemônico de desenvolvimento sobre as regiões empobrecidas, principalmente nas áreas rurais. O autor aborda o aparecimento e as consequências das teorias do desenvolvimento econômico, que preconizam o crescimento econômico a qualquer preço, sem levar em conta características regionais e locais. Constata que esse processo provocou grande desigualdade entre regiões e grupos sociais a ponto de tornar necessária a criação de novos mecanismos para corrigir os rumos do desenvolvimento rural. Assim, ao longo do tempo, foram sendo elaborados programas que valorizam as particularidades dos territórios e das populações, cuja participação assume papel essencial. Escrito em linguagem didática, expondo com clareza os descaminhos do desenvolvimento e comentando experiências brasileiras e latino-americanas, esse livro é muito importante para quem deseja se inteirar do assunto. Além disso, traz uma bibliografia vasta e atualizada sobre desenvolvimento rural.

Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais; ensinamentos a partir de casos

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2007.

Partindo da constatação de que o dinamismo e a capacidade inovativa da agricultura familiar se apresentam como ferramentas poderosas para o alavancamento do desenvolvimento rural, pesquisadores de várias regiões do Brasil realizaram estudos de caso procurando compreender o papel que as políticas públicas vigentes têm exercido na valorização desse potencial. Além de revelar a grande diversidade de estratégias criadas pela agricultura familiar nos diferentes contextos socioambientais e econômicos em que está inserida, os estudos tiveram como objetivo siste-



matizar proposições para que as políticas públicas sejam adaptadas às peculiaridades locais/regionais e às dinâmicas sociais específicas.

Contribuição voluntária anual

1. Contribuição básica: R\$ 10,00 (cobertura do frete postal)
2. Contribuição de custeio: R\$40,00 (cobertura dos custos anuais de produção e do frete postal)
3. Contribuição especial: R\$ 60,00 ou mais (apoio à manutenção da revista)

Caso deseje contribuir, faça um depósito identificado em uma das seguintes contas bancárias:

Caixa Econômica Federal

Agência: 0231
Conta corrente: 558-5
Favorecido: AS-PTA

Banco Bradesco

Agência: 0026-4
Conta corrente: 381.169-7
Favorecido: AS-PTA



Celebração pela capacitação para a construção de cisternas de placa

Agricultoras do Sertão do Pajeú ganham renda construindo cisternas que beneficiam suas comunidades

Por meio da parceria entre a Casa da Mulher do Nordeste, a Diaconia e o Programa 1 milhão de Cisternas (PIMC), que tem como objetivo promover o acesso das famílias do semiárido à água de boa qualidade, estão sendo realizados diversos cursos profissionalizantes de pedreiros para a construção das cisternas. Além de aumentar significativamente o ritmo de implementação do programa, essas capacitações visam criar novas oportunidades de trabalho para complementar a renda das famílias. Em 2004, deu-se início à inserção das mulheres nessas ações de profissionalização. Das seis agricultoras que passaram pelo primeiro curso, três foram habilitadas e já construíram cisternas na comunidade Santo Antônio II e nos assentamentos Queimada Nova e Riacho da Onça, em Afogados da Ingazeira (PE). Lourdes foi capacitada pela Articulação do Semiárido (ASA) como agente multiplicadora para formar novas pedreiras. Com essa atividade, vem ganhando uma renda importante para ela e para a

sua família, além de ter conquistado o respeito e a admiração de todos da comunidade e recuperado a autoestima. A pedreira Aparecida hoje é presidente da associação do assentamento, tem participação ativa no Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais de Afogados da Ingazeira e diz que superou a vergonha de andar pelas ruas para resolver o que for preciso. A experiência deu tão certo que essas agricultoras e outras tantas do semiárido vêm se capacitando para atuar na construção de outros tipos de infraestrutura para captação e armazenamento de água. Em 2009, mais de oito agricultoras participaram do curso profissionalizante de pedreiras, enquanto outras três mulheres (duas de Alagoas e uma de Pernambuco) aprenderam a construir cisternas calçadão, uma infraestrutura com capacidade de armazenar 52 mil litros de água. Pelo volume que armazena, esse reservatório vem sendo muito empregado para intensificar a produção de quintais domésticos. Por cada cisterna calçadão construída, as pedreiras recebem R\$ 720,00, um recurso que vem contribuindo muito para a mudança da vida de muitas mulheres.

<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=96>

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na Leisa Latinoamericana (editada no Peru) e na Leisa Global (editada na Holanda).

Construção de territórios camponeses

O avanço social e geográfico da perspectiva agroecológica para o desenvolvimento da agricultura familiar é uma realidade inquestionável no mundo rural brasileiro. Embora se apresente nas diferentes regiões, assumindo variadas formas e arranjos técnico-produtivos, socioculturais e organizativos, a proposta da Agroecologia vem se disseminando como a expressão de alternativas localmente construídas frente à avassaladora expansão da lógica produtiva do agronegócio. Ao se inserirem em dinâmicas de inovação agroecológica, as famílias agricultoras buscam fortalecer e atualizar seus fundamentos camponeses, construindo assim níveis crescentes de autonomia com relação a forças econômicas, políticas e ideológicas que lhes são hostis.

De experiências inicialmente isoladas e pouco evoluídas em termos técnicos, o aumento de escala nos territórios rurais se faz em duas dimensões complementares: no sentido horizontal – ou quantitativo –, com o aumento do número de famílias e comunidades envolvidas na transição agroecológica; no sentido vertical – ou qualitativo –, com o avanço nos processos de reestruturação técnica e econômica dos sistemas produtivos.

A edição de março de 2010 (v. 7, n. 1) da *Revista Agriculturas* apresentará algumas experiências de promoção da Agroecologia que vêm ganhando crescente amplitude social e densidade política em territórios rurais. Entre outras questões, gostaríamos que a sistematização dessas experiências joguem luzes sobre os seguintes pontos: Que condições têm favorecido ou dificultado a inovação local nos planos técnico-produtivo e sócio-organizativo? Como as políticas públicas têm apoiado ou colocado obstáculos à disseminação da perspectiva agroecológica? Como as famílias inovadoras vêm articulando as mudanças internas nos agroecossistemas com novas inserções nos mercados e nas comunidades? Em que medida essas iniciativas inovadoras vêm se traduzindo em um projeto coletivo para a agricultura familiar nos territórios?

Compartilhe sua experiência e contribua com esse importante debate.

Data-limite para envio de artigo:
15 de fevereiro de 2010

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.agriculturas.leisa.info